

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

**BOLSISTA:** ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

**LINHA DE PESQUISA:** PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

CONTEMPORÂNEA

**PERÍODO DA COLETA:** 01/01/2024 até 31/01/2024

**DATA DA NOTÍCIA:** 02/01/2023

Título: Bolsonaro perdeu capital político, mas ainda será o cabo eleitoral da extrema direita em 2024

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/02/bolsonaro-perdeu-capital-politico-mas-ainda-ser-a-o-cabo-eleitoral-da-extrema-direita-em-2024>

As manifestações bolsonaristas nas últimas semanas do ano apontam que a extrema direita ainda está atuante mesmo após os escândalos de corrupção envolvendo Jair Bolsonaro (PL) e a frustrada tentativa de um golpe de Estado.

Os bolsonaristas se manifestaram contra a indicação de Flávio Dino ao Supremo Tribunal Federal (STF) e em relação à morte de Cleriston Pereira da Cunha no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. Ele estava preso por participar dos atos golpistas do 8 de janeiro que culminaram na invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes.

As manifestações são um indício de que o bolsonarismo "ainda goza de uma fatia importante da opinião pública", na opinião de André Kaysal, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A análise é que, ao longo do seu governo do ex-presidente, o bolsonarismo foi capaz de consolidar uma base de apoio muito forte. "Nós estamos falando mais ou menos de um quarto do eleitorado que segue se referenciando em Bolsonaro em alguma medida. Se pegarmos o primeiro turno [das eleições presidenciais de 2022], estamos falando de 43% que decidiram votar nele. Agora já provavelmente não é mais isso, mas ainda assim existe uma base de massas que se referencia na direita e, em particular, na extrema direita, e tem no Bolsonaro a sua principal referência."

"O fato é que, apesar de ter queimado muito o capital político desde então, seja por não ter encabeçado, como seus apoiadores mais radicais esperavam, um golpe, seja pelos casos de corrupção, seja pelo seu próprio sumiço no atribulado período de transição, o Bolsonaro queimou o capital político, mas é impressionante que ainda tem muito", afirma o cientista político.

Outro fator desgastante foi a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, que jogou holofotes sobre as articulações da extrema direita para um golpe, envolvendo o próprio Bolsonaro, seus apoiadores, nomes do antigo governo e militares de alta patente.

Sobre isso, Marina Silhessarenko Barreto, pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia (NDD) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e doutoranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), afirma que a CPMI foi "extremamente desgastante politicamente" para o bolsonarismo, ainda que tenha conseguido emplacar vários nomes no Congresso Nacional. "Teve uma radicalização do Congresso em favor de Bolsonaro. Embora o PT tenha levado a Presidência, o bolsonarismo conseguiu emplacar nomes de peso no Congresso", acrescentou.

Outro ponto de destaque foi a inelegibilidade de Jair Bolsonaro por dois ciclos eleitorais decretada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

Ele foi acusado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de utilizar o aparato público para favorecer a si mesmo no processo eleitoral do ano passado. O que motivou a ação foi a reunião de Bolsonaro com embaixadores de países estrangeiros no Palácio da Alvorada, no dia 18 de julho do ano passado, bem como sua ampla divulgação, pela TV Brasil e suas redes sociais.

"A gente teve várias iniciativas de lados diferentes, mas que ainda não foram possíveis, porque, se a gente olhar para a sociedade, o movimento bolsonarista continua aí presente, é só olhar para os últimos protestos", afirma Barreto.

Ainda de acordo com a pesquisadora, "ao mesmo tempo a gente percebe que as instituições de alguma maneira se encontram amarradas, tanto que Bolsonaro não foi preso, só foi declarado inelegível. Mas em termos de justiça comum, as investigações continuam de alguma maneira travadas".

A cientista política afirma que, embora tenham sido feitas iniciativas relevantes, não foram suficientes. "A gente teve quatro anos de autoritarismo, todo dia, desde a Presidência da República, escalonando e capilarizando-se pelas instituições. E o Bolsonaro surfou um movimento civil que já estava sendo gestado antes dele. Ele conseguiu ser o nome de uma nova direita que estava sem líder e que estava procurando cabeças. Então, é um movimento que não dá para desconstruir do dia para o outro, muito pelo contrário. Isso exige muita cultura democrática, muita responsabilização institucional", analisa Barreto.

Apesar de ter perdido a eleição presidencial no Brasil, a extrema direita segue atuante em espaços institucionais importantes mundo afora. O ultraneoliberal Javier Milei ganhou na Argentina e já segue implementando medidas de austeridade econômica, como a flexibilização da regulamentação sobre o mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, há uma boa chance de o ex-presidente Donald Trump retornar à Casa Branca.

Na visão de André Kaysal, se Trump ganhar as eleições, "o pior estará por vir". "Se daqui a um ano, Trump for presidente eleito nos Estados Unidos, o que ao que tudo indica é uma possibilidade real, a internacional reacionária, que é um dado da política contemporânea, ganhará de novo o apoio da Casa Branca, o que é algo enorme", afirma Kaysal.

"As eleições de 2026 no Brasil serão muito mais complicadas. Porque se nós não tivermos um golpe de Estado no Brasil em 2022 depois das eleições, isso se deve em parte ao fato de que não havia nenhuma disposição da Casa Branca em apoiar esse golpe. Os militares brasileiros não quiseram correr o risco de um isolamento internacional."

A força do bolsonarismo deverá ficar mais explícita nas eleições municipais de outubro deste ano. Na opinião do cientista político, a corrente tem apoio de uma fatia expressiva da opinião pública, o que cria uma "situação paradoxal": não está apto a concorrer, mas continua com uma força eleitoral importante, o que favorece os candidatos do ano que vem.

O próprio ex-presidente, no entanto, não ungiu um sucessor nem abdicou de ser a principal liderança. Como afirma Lincoln Telhado, doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), a figura de Bolsonaro nesse momento é de um cabo eleitoral.

"Teve um arrefecimento na parte judicial e agora ele começa a tentar retomar aquela mobilização que ele sempre fez. Ele não está mais na mídia por conta dos processos ou de acusações. Então, ele se coloca agora como um cabo eleitoral, digamos assim, um puxador de votos, um grande centro das atenções bolsonaristas", afirma o cientista político.

Telhado explica que o bolsonarismo tem a característica de ser forte nas urnas devido ao alinhamento dos valores articulados por Bolsonaro. "Até por isso que nos quatro anos de governo ele apostou muito na mobilização para manter o eleitorado ali", diz.

"Enquanto fenômeno eleitoral, o bolsonarismo ainda tem muita força. Ele vai continuar com essa estratégia. A gente tem que lembrar que na última eleição, o PL fez 99 deputados federais, a maior bancada da Câmara. Ter o Bolsonaro no palanque é muito positivo. As eleições de 2024 vão ser um grande termômetro para saber se após a saída da Presidência ele continua se mantendo relevante. Mas pelo que eu vejo de movimentação, ele não está fraco", explica o cientista.

Como afirmou o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as eleições municipais devem ser "outra vez Lula e Bolsonaro disputando nos municípios". "Vamos fazer as eleições mais competitivas, mas a gente não terá medo de ninguém. O único medo que a gente tem de ter é o de trair a expectativa que o povo brasileiro tem no PT e nos nossos aliados", disse em coletiva de imprensa no início de dezembro.

### **DATA DA NOTÍCIA: 02/01/2023**

Título: Lula veta trecho da LDO com ataques à reforma agrária e muda prazos para emendas parlamentares

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/02/lula-veta-trecho-da-ldo-com-ataques-a-reforma-agraria-e-muda-prazos-para-emendas-parlamentares>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de acordo com o Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (2). A LDO determina, entre outros pontos, o déficit zero nas contas públicas e teto de R\$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral.

A legislação, aprovada pelo Congresso Nacional em 2023, foi sancionada com vetos. Entre eles, está o trecho que obrigava o governo federal a reservar recursos para o pagamento de emendas impositivas a deputados e senadores em até 30 dias após divulgação das propostas feitas pelos parlamentares.

De acordo com o despacho, a reserva "atingiria diretamente a gestão da execução orçamentária e financeira" e "iria de encontro ao primado de que o Poder Executivo federal estabelece o cronograma financeiro de desembolso"

O presidente também derrubou a determinação ao pagamento de emendas transferidas na modalidade fundo a fundo, ou seja, da União para os entes federados, nas áreas de saúde e assistência social até 30 de junho.

Lula vetou ainda o trecho que previa as emendas de comissão deveriam corresponder a pelo menos 0,9% da RCL (receita corrente líquida) de 2022, como os congressistas haviam proposto.

De acordo com a lei sancionada, caso o Executivo determine o contingenciamento de recursos do orçamento, as emendas não impositivas, apresentadas por comissões de parlamentares, só podem ser contingenciadas na mesma proporção das despesas discricionárias (não obrigatórias) do governo.

Lula também vetou o trecho que proibia a União de ter despesas que incentivem invasão ou ocupação de terras, o aborto e que atentem contra a "família tradicional". Originado em uma emenda apresentada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e visto como inconstitucional, o texto proibia gastos que pudessem "financiar ou incentivar": "invasão" ou ocupação de propriedades rurais privadas; ações que possam "influenciar" crianças e adolescentes a se reconhecerem como LGBTQIA+; ações que podem "extinguir" o conceito de família tradicional; cirurgias de redesignação sexual em crianças e adolescentes transgêneros; e realização de abortos, exceto nos casos autorizados em lei.

O governo federal também vetou, entre outros trechos, a reserva de pelo menos 30% de recursos de programas de moradia para cidades com até 50 mil habitantes; o uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para custear despesas de transporte, alimentação, uniforme e kit escolar; e estabelecer ao Ministério do Meio Ambiente a função de executar "ações, atividades e estratégias voltadas ao bem-estar animal, à atenção veterinária e ao controle populacional ético, inclusive para a castração".

#### **DATA DA NOTÍCIA: 02/01/2024**

Título: Maduro diz que Brics são 'o futuro da humanidade' e afirma que Venezuela quer entrar para o grupo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/02/maduro-diz-que-brics-sao-o-futuro-da-humanidade-e-afirma-que-venezuela-quer-entrar-para-o-grupo>

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, disse que seu país pretende fazer parte do Brics – organização internacional formada originalmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e que acaba de ganhar cinco novos membros: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã.

Em longa entrevista concedida no primeiro dia do ano ao sociólogo e jornalista espanhol Ignacio Ramonet, publicada pelo jornal mexicano La Jornada, Maduro disse que o Brics

representa "o futuro da humanidade", e que já tem um "poder econômico definitivo". Em 2023, os venezuelanos já tinham formalizado o pedido para participação no grupo.

"Apostamos no Brics como parte de um novo mundo, de um novo equilíbrio, como parte do conceito geopolítico bolivariano de um mundo de equilíbrio, um mundo de iguais. E também como parte do futuro da humanidade para o desenvolvimento dos investimentos dos Brics na Venezuela, para o desenvolvimento de grandes mercados para os produtos venezuelanos, para o desenvolvimento de relações multidiversificadas culturalmente, politicamente, institucionalmente, socialmente", disse o presidente.

Em setembro de 2023, Maduro visitou a China e fez questão de se encontrar com a presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o "banco do Brics", Dilma Rousseff. Na entrevista a Ramonet, ele disse que as relações com o banco são "boas" e estão "avançando", sem detalhar quais investimentos poderiam vir a ser feitos em seu país.

O Brics poderia ter recebido um novo país sul-americano nesta virada de ano, a Argentina, mas o governo do país, agora chefiado por Javier Milei, recusou o convite. Para Maduro, a decisão de seu colega da Casa Rosada é um equívoco, e foi alvo de fortes críticas.

"O passo que deu para tirar a Argentina dessa enormidade que é o Brics é uma das coisas mais estúpidas e imbecis que Milei fez contra a Argentina. Ao retirar a Argentina dos Brics está agindo contra os argentinos, contra o trabalhador argentino, contra o empresário argentino", apontou, reforçando que vai trabalhar para que a Venezuela ocupe a "vaga" deixada pela Argentina.

Maduro também não poupou críticas ao governo da Guiana e ao Reino Unido em meio às negociações sobre o território de Essequibo. Para o líder venezuelano, o país vizinho está atuando como "Guiana britânica", em referência ao nome do território no período colonial, encerrado em 1966.

Na véspera do Natal, o governo britânico anunciou o envio de uma embarcação de guerra para participar de exercícios militares conjuntos perto da área em disputa. A medida foi entendida pelo governo venezuelano como provocação e ameaça, e o país anunciou que também faria exercícios na região.

Ao comentar o caso, Maduro disse que o presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, com o apoio do governo britânico, está "zombando" do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que se ofereceu para mediar o conflito junto a organizações internacionais.

"O que estão fazendo Londres e o presidente da Guiana? Zombando do presidente Lula; zombando do presidente da Celac [Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos], Ralph Gonsalvez; zombando de todos os países da Comunidade do Caribe. Eles estão zombando ao ameaçar a Venezuela com um navio militar. Estão rompendo o acordo de Argyle", pontuou, em referência aos entendimentos entre os países sobre a disputa.

Maduro foi perguntado ainda sobre o massacre israelense que já deixou dezenas de milhares de palestinos mortos. O líder venezuelano foi taxativo ao chamar o caso de "genocídio", afirmando que o cenário atual é consequência de algo que já existe desde a fundação do estado de Israel, em 1948.

"É um genocídio contra um povo. Um genocídio com mais de setenta e cinco anos está agora aberto, brutal. E não há praticamente nada nem ninguém para levantar a voz. O pior do genocídio é o silêncio de cumplicidade. das elites europeias, das elites americanas que fabricam armas para bombardear e matar palestinos inocentes. Mais de vinte e um mil

palestinos assassinados. Onze mil deles são crianças. Parece que foram atrás das crianças, para exterminá-las. Mais de seis mil mulheres", afirmou.

"Na verdade, o que se comete na Palestina não tem nome, só é comparável ao próprio Holocausto judaico que o povo judeu viveu no tempo de Hitler, na era nazista. A justiça internacional deveria funcionar. Mas simplesmente não vemos a face da justiça internacional. Um genocídio em plena luz do dia transmitido ao vivo e direto nas redes sociais e nada acontece", complementou.

O presidente venezuelano foi entrevistado pelo espanhol Ignacio Ramonet, um dos mais reconhecidos jornalistas e teóricos da comunicação da atualidade, com produção teórica crítica em relação aos meios de comunicação. Entre 1990 e 2008, Ramonet dirigiu a edição francesa do *Le Monde Diplomatique* e fundou o Media Watch Global (Observatório Internacional dos Meios de Comunicação) e a organização ATTAC, impulsionadora do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, do qual ainda é membro do Conselho Internacional. Também é autor de biografias de Fidel Castro e Hugo Chávez.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 03/01/2024**

Título: Justiça argentina atende pedido de central sindical e suspende reforma trabalhista de Milei

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/03/justica-argentina-atende-pedido-de-central-sindical-e-suspende-reforma-trabalhista-de-milei>

O judiciário argentino atendeu um pedido da central sindical Confederação Nacional do Trabalho (CGT), a principal do país, e suspendeu os efeitos da reforma trabalhista prevista no "decretazo" lançado pelo governo do ultradireitista Javier Milei no último mês de dezembro. A decisão judicial publicada nesta quarta-feira (3) é cautelar, ou seja, suspende liminarmente a medida.

A decisão foi tomada pela Câmara Nacional de Recursos do Trabalho, primeira instância do judiciário argentino para apelações sobre questões trabalhistas. O tribunal argumentou que não está comprovada a necessidade ou a urgência de tomar a decisão sem consultar o Congresso argentino, responsável pelas legislações.

O "decretazo" é formalmente chamado de Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), e está previsto na Constituição argentina. Entretanto, o poder Executivo só pode ditar esse tipo de decreto quando houver circunstâncias excepcionais e não for possível esperar a reunião do Congresso.

Entre outras medidas, a reforma trabalhista do governo Milei amplia o período de experiência de novos empregados de três para oito meses (aumentando o prazo em que os empregadores poderiam demitir novos trabalhadores sem pagamento de indenizações, portanto).

Também havia autorização para demissões de trabalhadores que participem de piquetes ou ocupação de ambientes de trabalho em paralisações ou greves, além de mudanças nos sistemas compensatórios de horas extras.

Segundo o jornal argentino La Nación, a decisão judicial desta quarta surpreendeu o governo. O Clarín, outro diário do país vizinho, disse que o governo vai apelar a instâncias superiores para que derrubem a decisão cautelar publicada pela Câmara de Recursos do Trabalho.

## **DATA DA NOTÍCIA: 08/01/2024**

Título: Com poucos líderes presentes, Câmara desfalca ato de Lula pelo 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/01/08/com-poucos-lideres-presentes-camara-d-esfalca-ato-de-lula-pelo-8-de-janeiro.ghtml>

A maioria dos deputados desfalcou o primeiro aniversário dos atos golpistas de 8 de janeiro, realizado no Congresso Nacional. Com a participação de poucos líderes e a ausência do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), parlamentares preferiram continuar de férias.

Lira alegou motivo de saúde na família ao não comparecer, mas outros deputados, que permaneceram de folga, sequer trataram do assunto. Segundo um líder de partido de centro ouvido pelo GLOBO, o ato teve baixa adesão da Câmara porque foi um evento organizado pelo Palácio do Planalto.

O governo não fez um convite formal a todos os deputados. Mas os líderes foram acionados, inclusive com ligação para confirmação de presença. Estiveram presentes os representantes do PT, Zeca Dirceu (PR), do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), e do PSD, Antonio Brito (BA).

Partidos importantes como PP, Republicanos e União Brasil não foram representados por seus líderes titulares. Questionado sobre a ausência do líder Elmar Nascimento (União-BA), o colega de partido e ministro das Comunicações, Juscelino Filho, preferiu desviar do assunto.

— Não vou opinar pela opção de cada um estar ou não, estamos no mês janeiro, cada um tem seus compromissos, e isso não vou opinar — disse o ministro de Lula.

O Congresso só volta a funcionar em fevereiro, quando termina o recesso parlamentar. Contrastando a pouca adesão da Câmara, os ministros da Esplanada estiveram em peso, assim como do Supremo Tribunal Federal (STF). Em discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pregou a punição a quem financiou, planejou e executou "a tentativa de golpe".

Embora a participação dos senadores também tenha sido prejudicada pelas férias, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) esteve no local e discursou como presidente do Congresso Nacional.

— Não sei (se foram todos convidados), mas grande parte está de férias — disse Zeca Dirceu, minimizando o esvaziamento da Câmara no evento.

Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira criticou a ausência de colegas. Deputado licenciado pelo PT, ele diz que alguns "marcam uma página negativa nas suas vidas".

— No processo de defesa da democracia, alguns ficam para trás. O fato de não vir acaba registrando negativamente. Ele (Arthur Lira) alega questões de saúde e, se tem problema

de saúde, está justificado. Mas aqueles que não vieram por não concordar com a democracia, esses marcam uma página negativa nas suas vidas. Os que não vêm por discordar dão sinal negativo pra sociedade brasileira — disse o ministro.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 08/01/2024**

Título: Um ano depois do 8 de janeiro, militares não sofrem punições significativas da Justiça

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/um-ano-depois-do-8-de-janeiro-militares-nao-sofrem-punicoes-significativas-da-justica>

Passado um ano do pior ataque às instituições democráticas brasileiras desde 1988, realizado em 8 de janeiro do ano passado e que levou à depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília, não há nenhum registro de condenação significativa de membros das Forças Armadas que deveriam ter protegido o patrimônio público ou mesmo que participaram dos atos no dia.

Levantamento feito pelo Brasil de Fato junto a órgãos oficiais e especialistas mostra que, enquanto as investigações e condenações avançam sobre civis que participaram dos atos golpistas e autoridades do governo do Distrito Federal, militares que eram responsáveis pela segurança da Presidência da República seguem atuando normalmente e até crescendo na carreira em alguns casos.

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou civis a penas que superam 10 anos de prisão, as investigações envolvendo militares seguem sob sigilo e sem transparência até mesmo sobre as punições administrativas a que alguns foram submetidos. Além de casos de militares que perderam postos que ocupavam (mas seguem na carreira em outras funções), das punições administrativas que vieram a público até o momento há registro de penalidades brandas, como prisão por três dias e advertência, por exemplo.

A reportagem questionou as três forças, o Exército, a Marinha e a Força Aérea, sobre quais medidas adotaram em relação a militares que teriam se envolvido nos atos e as eventuais punições e investigações que foram abertas. Somente o Exército e a Marinha responderam.

Sem identificar ninguém, a Marinha informou que acompanha as investigações no STF e que abriu três procedimentos administrativos, um envolvendo um oficial da reserva que tirou foto da Praça dos Três Poderes no dia, outro aberto contra uma praça reformada que foi presa no dia 8 pela Polícia Militar e uma terceira envolvendo uma praça da reserva que foi presa preventivamente dentro do Palácio do Planalto. Segundo a Marinha, os dois primeiros procedimentos administrativos foram arquivados e, em relação ao terceiro caso, a força informou somente que a militar responde a uma ação civil pública no STF, sem dar mais detalhes sobre o andamento do procedimento administrativo e sobre a ação.

Já o Exército informou que foram abertos quatro inquéritos policiais militares e quatro procedimentos administrativos, mas que em apenas um dos inquéritos houve a condenação até o momento: de um militar, que nem deve chegar a ser preso.



Trata-se do coronel da reserva Adriano Camargo Testoni, que gravou um vídeo da Esplanada dos Ministérios no dia dos atos com ofensas a generais e ao Alto Comando do Exército, seus superiores hierárquicos.

Devido às ofensas ele foi condenado por injúria pela Justiça Militar, em novembro do ano passado, a uma pena de um mês e dezoito dias de prisão. Como a pena é menor do que dois anos e essa era sua primeira condenação, Testoni acabou recebendo o benefício da suspensão condicional da pena por dois anos. Na prática, ao invés de ficar preso, ele precisará cumprir outras medidas mais amenas, como a proibição de andar armado e de frequentar bares. "Demais apurações estão sendo conduzidas sob a fiscalização do Ministério Público com o intuito de serem submetidas aos seus juizados competentes", afirmou o Exército em nota.

Procurado, o Ministério Público Militar informou por meio de sua assessoria de imprensa que todos os outros procedimentos que foram abertos e estavam em andamento na Justiça Militar foram remetidos ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, por determinação do ministro.

Apesar de o Exército não ter informado inicialmente em sua resposta à reportagem, enviada em 28 de dezembro, a imprensa revelou que dois dos procedimentos administrativos abertos levaram à punição de oficiais. Segundo revelou o portal UOL, um deles é um major que ordenou um subordinado no dia 8 a cantar o hino nacional junto aos manifestantes que depredaram o Palácio do Planalto. Por ter mentido durante a apuração do episódio, o Exército decidiu punir ele com três dias de prisão. O outro oficial recebeu uma advertência. Os nomes dos dois não foram divulgados.

Neste cenário, o envio dos inquéritos militares ao STF foi visto com bons olhos pelos especialistas, já que coloca os civis e os militares sob a mesma régua na hora de serem julgados e investigados.

Com isso, a Polícia Federal ficou responsável por investigar tanto os civis e quanto os militares envolvidos no 8 de janeiro. Ao todo, já foram realizadas 22 operações ostensivas, com buscas e apreensões, bloqueio de bens e prisões, da chamada Operação Lesa Pátria. Os casos seguem sob sigilo e, até o momento, o único militar de alta patente que se tem notícia que chegou a ser alvo de buscas e apreensões foi o general da reserva Ridauto Lúcio Fernandes, que chegou a depor à PF no dia 29 de setembro.

A suspeita é de que ele, por ter passado pelas Forças Especiais do Exército, formadas por soldados altamente treinados com técnicas de sabotagem e incentivo à insurgência popular, teria atuado para orientar alguns manifestantes a utilizar técnicas profissionais para invadir o prédio do Congresso Nacional pelo teto no dia 8.

Responsável por apresentar as denúncias ao STF, a Procuradoria-Geral da República (PGR), por sua vez, informou que todas as informações sobre o 8 de janeiro estão disponibilizadas no site da instituição. A CPI Mista do 8 de janeiro encaminhou ao órgão seu relatório final no qual pediu o indiciamento de 61 pessoas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro e cinco de seus ministros. Ao todo o colegiado pediu o indiciamento de 20 militares, da ativa e da reserva. O relatório está sob análise da PGR, que pode ou não aproveitá-lo em investigações já em andamento e a Procuradoria não confirma se algum dos nomes do relatório já foi denunciado, uma vez que a maioria das denúncias segue sob sigilo.

Ao todo, a PGR já denunciou mais de 1,4 mil pessoas que participaram diretamente dos atos no dia, sendo 1.156 pessoas acusadas de incitar os atos, 248 acusadas pela execução dos ataques e um financiador, um empresário do Paraná acusado de fretar quatro ônibus

que levaram manifestantes até Brasília. Como as apurações e a maioria das denúncias ainda está sob sigilo, não é possível saber se entre os nomes denunciados há militares acusados desses crimes.

O órgão, por sua vez, afirma que até o momento foram denunciados oito agentes públicos que teriam se omitido no dia, sendo sete integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal e um policial legislativo do Senado. Ou seja, nenhum militar da ativa das Forças Armadas foi denunciado ao STF até o momento por uma eventual omissão que tenha ocorrido no dia. Em entrevista recente ao jornal Folha de S. Paulo, o subprocurador Carlos Frederico Santos, que coordenou o Grupo de Combate aos Atos Antidemocráticos até dezembro do ano passado afirmou que os militares podem ser enquadrados em crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático de Direito por omissão imprópria.

"Isso está sendo investigado, mas são investigações mais complexas. Nós não participamos diretamente das primeiras medidas relativas aos militares das Forças Armadas. O Ministério Público só foi notificado quando já estava tudo pronto". Cabe agora ao novo procurador-geral da República, Paulo Gonet, decidir como devem prosseguir as investigações.

O comandante do Exército na época dos ataques, general Júlio Cesar de Arruda, chegou a ser demitido pelo presidente Lula treze dias após o ocorrido, e entrou para a reserva, a aposentadoria dos militares.

O comandante Militar do Planalto no dia do ataque, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, por sua vez, deixou o posto pouco tempo depois, mas para assumir outros cargos e até mesmo ascender na carreira.

Ele foi exonerado do cargo em abril do ano passado, um dia antes de depor à Polícia Federal nas investigações sobre o 8 de janeiro (a apuração segue sob sigilo). Ao deixar o posto, porém, ele foi nomeado para a 5ª subchefia do Estado-Maior do Exército. Passados seis meses, em novembro de 2023 ele foi nomeado vice-chefe do Estado Maior do Exército. Na prática, o cargo representa uma progressão na carreira do general.

O Comando Militar do Planalto é o órgão que tem, entre suas atribuições, "planejar, coordenar e executar as ações relativas à Guarda Presidencial e ao Cerimonial Militar da Presidência da República". Para o professor de Teoria Política da Unesp e estudioso dos militares, Paulo Ribeiro da Cunha, a atuação do general no dia 8 indica que pode ter havido omissão e merece ser apurada a fundo.

"As investigações não estão concluídas, mas paira sob ele forte suspeição, isso é inegável. Consta que ele tinha 900 homens sob seu comando no dia", afirma.

Além do general Dutra, um militar de alta patente que também tinha a responsabilidade de cuidar da segurança presidencial foi o general da reserva Gonçalves Dias, então chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Ele pediu demissão em abril do ano passado, após virem à tona vídeos dele circulando entre manifestantes do Planalto no dia da invasão.

Outro militar cuja atuação no 8 de janeiro ganhou repercussão foi o então comandante do Batalhão da Guarda Presidencial, que é responsável pela segurança do Planalto, o coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora.

Ele aparece em vídeo discutindo com integrantes da tropa de choque da Polícia Militar do DF que queriam prender os manifestantes dentro do Palácio do Planalto. Após o ocorrido vir

à tona, ele acabou deixando o posto e o Exército chegou a informar que os fatos estavam sendo apurados. Até hoje, porém, não há registro de denúncia à Justiça.

Em setembro do ano passado ele foi para a Espanha participar de um curso de Altos Estudos Estratégicos para oficiais superiores ibero-americanos no Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, a principal instituição de formação militar do país europeu. Após concluir o estudo ele ainda deve atuar como instrutor do Centro.

Questionado, o Exército informou que a ida do coronel para a Espanha já havia sido oficializada em junho de 2022, ou seja, a viagem já estava definida antes dos atos de 8 de janeiro e ocorreu independente deles. A força, porém, não respondeu até o fechamento deste texto quanto tempo o coronel deve ficar na Espanha atuando com instrutor. O último salário recebido por ele que consta no Portal da Transparência é de novembro de 2023, sendo ainda um salário em dólar, que é a forma como ele recebe seus vencimentos por estar em exercício no exterior.

Para especialistas, o cenário um ano após o 8 de janeiro reforça uma tendência histórica do Brasil de não punir efetivamente seus militares, sobretudo os de alta patente, mesmo quando eles aparecem envolvidos em manifestações políticas golpistas. Neste cenário, ainda que cúpula do Exército e das outras forças institucionalmente tenham seguido a Constituição e não aderido ao golpe, a impunidade de uma parcela de militares golpistas pode acabar estimulando estes grupos a, no futuro, promoverem novas manifestações.

"Infelizmente repetimos nossa história de impunidade aos militares, e como repetimos a história seguimos deixando brechas para outras tentativas dessa natureza. Quando a punição não acontece, novas tentativas vem", afirma Ana Penido, pesquisadora do Observatório da Defesa e Soberania Nacional.

Em sua avaliação, os militares praticamente não perderam força após o episódio. Apesar de terem perdido o comando da Agência Brasileira de Inteligência, que no governo Lula não está mais vinculada ao GSI, eles conseguiram ter um ministro da Defesa, José Múcio, alinhado a seus interesses e seguem sendo os responsáveis por definir a política de Defesa do país. Mais que isso, a opinião política das Forças Armadas segue sendo considerada na tomada de decisões do governo.

"Estamos em um cenário em que pessoa escolhida para presidir o país tem que estar a todo tempo calculando os militares como uma variável, não se parte do princípio de que eles estão subordinados ao poder civil, como prevê a Constituição de 1988, parte-se do princípio que eles têm uma opinião e vão se posicionar a partir dela. Isso, por essência, é antidemocrático", afirma a pesquisadora.

Para Paulo Ribeiro da Cunha é necessário levar em conta que o Comando do Exército não aderiu à tentativa golpista e que uma parcela significativa dos militares sabe que é necessário adotar medidas para melhorar a imagem das forças. "Temos uma instituição de fato preocupada com sua imagem, mas que também tem clareza que alguns de seus membros estão envolvidos nesse processo todo do 8 de janeiro e que será necessária alguma punição, ainda que não atinja quadros de alta patente. Infelizmente há concretamente uma dificuldade destas instituições e do governo em lidar com essa questão", afirma.

**DATA DA NOTÍCIA: 08/01/2024**

Título: Ato do 8/1 na Paulista reúne partidos de esquerda e pede prisão de Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.folha.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/ato-do-81-na-paulista-reune-partidos-de-esquerda-e-pede-prisao-de-bolsonaro.shtml>

O primeiro ano dos ataques de 8 de janeiro de 2023 foi lembrado por movimentos sociais e partidos de esquerda em manifestação na avenida Paulista nesta segunda-feira (8). Outras capitais também tiveram atos de rua na data para exaltar a democracia e pedir punição para golpistas.

As mobilizações foram convocadas por organizações populares, centrais sindicais e segmentos ligados a siglas como PT, PSOL, PC do B e UP. O presidente Lula (PT), que promoveu nesta tarde em Brasília um evento de tom institucional sobre a data, incentivou a realização de atividades em outras cidades.

O público na Paulista, que começou a se reunir às 17h, ocupou parte do vão-livre do Masp (Museu de Arte de São Paulo) e da pista em frente no sentido Consolação. Não houve estimativa oficial de público; a organização falou em 6.000 pessoas. Acompanhado pela Polícia Militar, o grupo saiu por volta das 19h30 em caminhada até a praça do Ciclista.

"Democracia" e "sem anistia" foram as expressões mais vistas e ouvidas nos cartazes e falas no caminhão de som, em meio a críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), descrito por oradores como mentor do ataque de um ano antes. Discursos no local também tiveram elogios a Lula e ataques a adversários.

As marchas, com o mote "O Brasil se une em defesa da democracia", foram puxadas pelas frentes Povo sem Medo e Brasil Popular, que reúnem entidades como MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CMP (Central de Movimentos Populares), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e UNE (União Nacional dos Estudantes).

Além de críticas a Bolsonaro e aos apoiadores dele que invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes insatisfeitos com o resultado das eleições, as concentrações foram marcadas por falas e cartazes em defesa das instituições e contra perdão para os envolvidos no levante.

Segundo a CMP, a segunda-feira teve atos programados em 14 cidades, incluindo Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Campo Grande. Em Brasília, os movimentos fizeram ato alusivo ao 8 de janeiro neste domingo (7), para não coincidir com a solenidade no Congresso no dia seguinte.

O ato na Paulista teve a presença do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), que é pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, apoiado por Lula, e líder do MTST. Boulos lembrou a luta de militantes na ditadura militar (1964-1985) pela democracia e disse ser preciso aprofundá-la.

"O maior líder do golpe está solto. Nós queremos ver Jair Bolsonaro na cadeia", disse Boulos, acrescentando que não se trata de vingança ou ressentimento, mas de justiça. "Não vamos aceitar nenhum tipo de anistia para os golpistas", completou.

Adversário do psolista na corrida municipal, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) foi citado negativamente por outros oradores, assim como o governador Tarcísio de Freitas

(Republicanos), cuja ligação com Bolsonaro foi recordada. Além disso, a privatização da Sabesp apareceu como queixa recorrente.

Alvo de críticas e solidariedade nos últimos dias, o padre Júlio Lancellotti também foi reverenciado. Apesar de ser esperado no ato, ele não compareceu. Boulos disse que a proposta de uma CPI (comissão parlamentar de inquérito) na Câmara Municipal mirando o religioso é "uma tentativa de desmoralização do padre e dos movimentos sociais".

Padre Júlio, que faz um trabalho de ajuda à população de rua na capital paulista, também recebeu a solidariedade de outros líderes sociais em suas falas. Participantes fizeram um desagravo ao sacerdote, apontando o que consideram perseguição e desvio de foco.

A investigação contra ele na Câmara, no entanto, perdeu força com a retirada de assinaturas de vereadores em apoio à sua criação, após a repercussão negativa.

Também estiveram na Paulista os deputados estaduais Paulo Fiorilo e Simão Pedro, ambos do PT, e Ediane Maria (PSOL), e os federais Ivan Valente e Erika Hilton, ambos do PSOL, além dos vereadores Luna Zarattini (PT) e Celso Giannazi (PSOL).

No início do ato, participantes rezaram um pai-nosso. Uma bandeira do Brasil gigante foi estendida em meio às flâmulas de partidos, sindicatos e movimentos sociais. "Cadeia neles", gritou Erika do alto do carro de som, após pregar contra "golpistas e fascistas".

"Derrotamos Bolsonaro, mas ainda não derrotamos a extrema direita, o bolsonarismo, o radicalismo", disse Fiorilo, puxando um coro de "sem anistia". Manifestantes também pediam "golpistas na cadeia", inclusive Bolsonaro, chamado de genocida e ditador, entre outros termos.

Valente afirmou aos presentes que é preciso união para evitar novo perdão aos militares, em alusão ao golpe de 1964. Reivindicando punição para aqueles que apoiaram a conspiração golpista, o psolista disse que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, "não pode continuar passando pano para militar golpista".

"A democracia resiste. Viva a resistência do povo brasileiro", discursou Raimundo Bonfim, coordenador nacional da CMP, pré-candidato a vereador da capital pelo PT e um dos organizadores da manifestação.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 09/01/2024**

Título: Violência se agrava no Equador: presidente emite decretos que restringem direitos dos cidadãos e classifica criminosos como terroristas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/09/violencia-se-agrava-no-equador-presidente-emite-decretos-que-restringem-direitos-dos-cidadaos-e-classifica-criminosos-como-terroristas>

O Equador empossou um novo governo em novembro passado, após uma campanha eleitoral violenta, que provocou inclusive a morte de um dos candidatos à presidência. Mas a violência continua na ordem do dia e vem se agravando desde o fim de semana, com a fuga de um líder do crime organizado, rebeliões em presídios e ataques contra policiais e uma emissora de televisão.

O presidente Daniel Noboa, que havia decretado estado de exceção e toque de recolher na segunda-feira (8), reforçou a decisão nesta terça (9) ao declarar estado de conflito armado interno em nível nacional e ordenar às forças militares a neutralização de grupos criminosos. Além disso, decretou que 22 grupos do crime organizado transnacional sejam considerados organizações terroristas e atores não estatais beligerantes. Também ordenou às Forças Armadas a execução de operações militares, de acordo com o direito internacional humanitário e respeitando os direitos humanos, para neutralizar os grupos.

Noboa disse que sua gestão "não negociará com terroristas" e "não descansará até devolver a paz" aos equatorianos. "O que estamos vendo nas prisões do país é resultado da nossa decisão de enfrentar [os criminosos]."

Os sindicatos que integram a Frente Unitária de Trabalhadores (FUT) criticaram o presidente. Disseram que ele tomou medidas semelhantes às do governo anterior, que não obtiveram resultados, pois "continuamos na mesma situação: a criminalidade, o tráfico de drogas, os atentados e as mortes, incluindo trabalhadores, professores, donas de casa...".

Os sindicatos exigem que o governo resolva os problemas de insegurança. "O presidente Noboa está se tornando o 2.0 do presidente Lasso. Dizemos isso porque as medidas e decisões que ele está tomando não estão dando resultado. Cara nova, mais do mesmo", disse José Villavicencio, líder do FUT.

Adolfo Macías Villamar, conhecido como "Fito", líder do grupo criminoso Los Choneros, fugiu da prisão no último domingo (7). Ato contínuo, rebeliões foram registradas em vários presídios do país, com agentes penitenciários sendo feitos reféns, e o presidente Noboa decretou estado de exceção, que vale por 60 dias e permite que as Forças Armadas auxiliem o trabalho da polícia nas ruas do país. Haverá toque de recolher das 23h às 5h e restrições aos direitos de reunião e privacidade de domicílio e de correspondência. Ou seja, as autoridades podem entrar na casa das pessoas mesmo sem ordem judicial.

Desde então, vários incidentes, como explosões e sequestros de policiais, foram registrados em diferentes localidades do país. Na cidade de Cuenca (sul), um veículo sem placa foi abandonado, incendiado e completamente incinerado. Bombeiros foram chamados ao local para controlar as chamas. Em Machala (sudoeste), de acordo com informações preliminares, cerca de oito indivíduos com os rostos cobertos por balaclavas, portando armas curtas e longas, invadiram a Unidade de Polícia Comunitária (UPC) e dominaram três policiais.

Na capital Quito, criminosos num veículo sem identificação também sequestraram um oficial numa unidade da polícia. Minutos depois, circulou nas redes sociais um vídeo que mostra o policial pedindo ajuda, com uma arma apontada contra ele.

A mídia também foi alvo de ataques. Em Guayaquil, cidade mais populosa do país, o estúdio da emissora de televisão TC foi invadido na tarde desta terça-feira (9) por um grupo de homens durante uma transmissão ao vivo. Funcionários dispararam mensagens pelas redes sociais para pedir ajuda à polícia. "Ajudem-nos, querem nos matar", escreveu um deles no WhatsApp.

Imagens divulgadas nas redes sociais mostram pessoas rendidas deitadas no chão enquanto outras são ameaçadas com armas na cabeça e objetos que se parecem com granadas e dinamites (abaixo). Segundo a transmissão do canal Telesur, foi possível ouvir o som de uma explosão. No final da tarde, a polícia já havia chegado ao local. Os invasores prometiam fazer um pronunciamento.

"Fito" costumava viver em uma cela luxuosa, e isso veio a público em agosto de 2023, quando Guillermo Lasso ordenou sua transferência do Centro de Reabilitação Social

Guayas nº 4, também conhecido como presídio Regional, para La Roca, considerada de segurança máxima.

Na Regional, sua cela tinha banheiro privado, chuveiro com água quente, geladeira, cama de três lugares e armário embutido, além de televisão, ar-condicionado e garrafas de champanhe avaliadas em 500 dólares cada uma. A situação foi divulgada em vídeos e fotos que se tornaram virais.

No entanto, sua estadia na prisão La Roca foi curta, pois uma decisão judicial determinou seu retorno para a Regional por questões de segurança. Desde então, permanecia lá, até que no domingo surgiu o alerta sobre seu desaparecimento. O Ministério Público abriu investigação sobre a suposta evasão.

O secretário de Comunicação do Governo, Roberto Izurieta, reconheceu que a fuga de "Fito" pode ter sido motivada por vazamento de informações sobre planos do governo. Dias atrás, em uma entrevista, o presidente Noboa declarou: "Temos um plano bonito, mas não conte isso para o Fito...", algo que especialistas em segurança consideram um erro.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 10/01/2024**

Título: Violência no Equador é reflexo de aprofundamento neoliberal, diz socióloga

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/10/violencia-no-equador-e-reflexo-de-aprofundamento-neoliberal-diz-sociologa>

Para entender as origens da onda de violência que assola o Equador, é preciso observar as diretrizes políticas e macroeconômicas tomadas por quem governou o país no passado recente. Elas revelam que o retorno ao neoliberalismo, em 2017, e seu aprofundamento desde então são a principal causa da capilaridade obtida pelo crime organizado, segundo avaliação da socióloga equatoriana Irene León.

Desde que o ex-presidente Lenín Moreno (2017-2021) assumiu o poder, com uma plataforma neoliberal, o Equador está afetado por uma incursão do crime organizado, que encontrou vários nichos de atuação, num processo que contou inclusive com a participação de integrantes da elite política, explica a socióloga ao Brasil de Fato.

"A incursão desses atores em capitais ilícitos e outros setores do crime organizado está proporcionalmente relacionada com o desmonte do Estado e a suspensão de instituições como o Ministério da Justiça, além da supressão das políticas de segurança interna que operam como parte do processo de aprofundamento neoliberal associado à redução do Estado", afirma León.

Nesses seis anos de neoliberalismo, o país deixou de ser o segundo mais seguro da América Latina para se tornar um dos mais inseguros do continente, e inclusive do mundo. Na avaliação da socióloga, tal fato coloca em evidência que as lógicas do mercado "não resolvem nada, pelo menos no tema da segurança".

"A substituição da segurança interna soberana por uma estratégia securitista de mercado que está sobre a mesa agora, que implica na privatização da segurança, é parte central do

problema que o país está vivendo há tempos e que agora assume um perfil delicado", diz ela.

O presidente Daniel Noboa, que havia decretado estado de exceção e toque de recolher na segunda-feira (8), restringindo assim direitos dos cidadãos, reforçou a decisão nesta terça (9) ao declarar estado de conflito armado interno em nível nacional e ordenar às forças militares a neutralização de grupos criminosos. Além disso, decretou que 22 grupos do crime organizado transnacional sejam considerados organizações terroristas e atores não estatais beligerantes.

Irene León chama atenção para o fato de o governo ter categorizado como terrorismo o crime organizado e outros crimes que geralmente são do âmbito penal e não político. "Há uma preocupação pela aplicação desse conceito e pelo modo como se inter-relaciona com as palavras narcoterrorismo ou narcopolítica, que podem gerar confusões num país que já está sendo afetado por um intensivo lawfare (perseguição política por meio de mecanismos judiciais) há mais de seis anos."

A socióloga equatoriana aponta ainda outro fator fundamental, de caráter geopolítico, para entender as raízes da crise de segurança: o projeto hemisférico dos EUA e seu plano específico na região andina.

"No ano passado, os EUA e o Equador assinaram um acordo de cooperação militar muito amplo, que inclui a eventual presença de tropas dos EUA no Equador. Além disso, em dezembro de 2022, foi assinada nos EUA uma lei de cooperação que inclui diferentes aspectos relacionados com a governança no Equador. Aí está incluída a questão de segurança interna, mas também os temas de relações internacionais", conta a socióloga.

Como sinais desse estreitamento de laços, ela aponta que, nos últimos anos, a política externa equatoriana tem atuado "completamente alinhada" com a política estadunidense. "Nos últimos dias, o governo dos EUA ofereceu uma cooperação imediata para resolver o que estamos atravessando, de modo que eu não me surpreenderia com qualquer cooperação dos EUA para resolver o problema que estamos atravessando, com tropas ou qualquer outra coisa, violando não só a Constituição do país mas também a tradição política latino-americana e do Caribe de ser uma zona de paz."

A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), principal organização indígena equatoriana, também culpa as políticas neoliberais pela crise. Em nota, a entidade diz que existe um problema estrutural, "originado pela radicalização de políticas neoliberais que têm destruído o Estado e suas instituições, deixando-as sem capacidade de resposta".

"Essas políticas também têm gerado mais desigualdade e pobreza, criando condições sociais propícias para o recrutamento de jovens por parte do crime", afirma a Conaie, que liderou os últimos levantes populares contra medidas dos governos de Lenín Moreno, em 2019, e Guillermo Lasso, em 2022.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 13/01/2024**

Título: Com maior inflação em 32 anos, comer e morar se tornam desafios para os argentinos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:



<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/13/com-maior-inflacao-em-32-anos-comer-e-morar-se-tornam-desafios-para-os-argentinos>

A Argentina terminou 2023 com uma taxa de inflação anual de 211,4%, um dos maiores índices do mundo, o que a torna o país com o maior aumento de preços da América Latina. Os dados são do Instituto Nacional de Estatística e Censo (Indec).

Na quinta-feira (11), o Indec anunciou o aumento da inflação em 25,5% durante o mês de dezembro. Isso significa que o índice de preços dobrou em relação ao mês anterior, quando foi registrado um aumento de 12,8%. Trata-se do indicador mensal mais alto desde fevereiro de 1991, quando o país estava saindo de um ciclo de hiperinflação.

Até novembro, diferentes institutos de pesquisa calculavam que o ano terminaria com uma taxa de inflação de 160%. Por si só, o número já era preocupante, uma vez que excedia o aumento de preços acumulado em 2022, de 94,8%. No entanto, as primeiras medidas econômicas adotadas pelo governo de extrema direita do presidente Javier Milei incluíram uma drástica desvalorização do peso frente ao dólar e um aumento nas tarifas, o que acarretou um novo impulso à dinâmica inflacionária.

O informe do Indec ainda mostra que os maiores aumentos ocorreram em áreas particularmente sensíveis para os setores mais vulneráveis da sociedade, como alimentos e saúde, que aumentaram 251,3% e 227,7%, respectivamente.

Nesse contexto, cidadãos argentinos de diferentes contextos sociais dizem sentir uma piora em suas condições de vida e denunciam que os planos do governo Milei devem aprofundar a vulnerabilidade.

Monica Alexander é moradora da Villa 21-24, uma das maiores favelas de Buenos Aires. Em conjunto com outros moradores, ela comanda há anos, em sua própria casa, um "comedor comunitário", parte de um plano de restaurantes populares subsidiado pelo Estado. Ao Brasil de Fato, ela afirma que o governo parou de entregar os alimentos necessários para atender a população.

"Não conseguimos dar conta do número de pessoas que chegam. Todos os dias chegam novas pessoas, muitas delas têm trabalho, mas não é suficiente e no meio do mês não têm dinheiro suficiente para comprar comida", diz. Este é o sexto ano consecutivo em que os trabalhadores e aposentados veem sua renda se deteriorar. De acordo com cálculos da consultora Ecolatina, somente durante o mês de dezembro de 2023, a queda nos salários do setor formal foi de 10%, a maior em mais de 20 anos.

"Todos nós sabíamos que as medidas do novo governo teriam um grande impacto, mas o que nos surpreendeu foi a velocidade com que elas aconteceram", explica Amitai Duek. Ao Brasil de Fato, o escritor que mora na região central da capital argentina diz que as medidas ortodoxas adotadas por Milei se refletiram de maneira muito rápida na economia das pessoas. "Quando você vai aos supermercados você vê que eles estão vazios, as pessoas compram menos e fazem contas para comprar as coisas básicas e indispensáveis", diz.

Amitai ainda aponta que um de seus maiores problemas tem sido a moradia. Isso porque os proprietários do imóvel alugado onde ele mora começaram a exigir aumentos que violam o contrato assinado, algo que, segundo ele, "já está acontecendo com muitas pessoas".

O problema da moradia é um drama que ameaça se tornar uma verdadeira bomba-relógio. Através do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), com o qual Javier Milei pretende revogar e modificar 366 artigos da lei, o governo removeu todos os tipos de regulamentação dos contratos de aluguel. Segundo a Federação Nacional de Inquilinos, isso possibilitou o

aumento das renovações de contratos de aluguel em 300% a 600% e muitos proprietários estão exigindo que os aluguéis sejam pagos em dólares.

"O ano passado foi bastante difícil do ponto de vista econômico, mas agora, neste último mês, a incerteza aumentou muito graças à inflação", conta Luisina Darthes. A estudante disse ao Brasil de Fato que ela e o namorado tiveram que deixar a vida em Buenos Aires por conta do aumento nos preços.

"Tem sido ultimamente impossível pagar o aluguel, por isso nos mudamos para outra cidade, onde a moradia ainda é um pouco mais acessível em termos de preços e condições contratuais. Na capital, os preços são exorbitantes, os contratos são publicados em dólares e os reajustes são trimestrais, vinculados ao índice de inflação, o que não é proporcionalmente acompanhado por um aumento nos salários, esse é o maior problema", explica.

Nas próximas semanas, o governo de Javier Milei terá que navegar em um delicado espaço no qual seu destino está em jogo. Desde que assumiu o cargo no dia 10 de dezembro, o presidente vem promovendo as maiores reformas econômicas e políticas desde o retorno da democracia argentina, em 1983. Enquanto isso, o clima social parece ter cada vez menos espaço para tolerar novos ajustes.

No início desta semana, o Congresso iniciou uma sessão extraordinária para debater mais de 600 artigos que fazem parte de um projeto de lei promovido pelo Executivo intitulado "Bases e pontos de partida para a liberdade dos argentinos", que tem como objetivo reformar quase todos os aspectos da ordem jurídica do país. Ele concede poderes extraordinários à Presidência para que ela possa legislar sem o Congresso, permite a privatização de todas as empresas públicas, remove todos os regulamentos para que o governo reestruture a dívida externa e criminaliza os protestos sociais de uma forma inédita desde o fim da ditadura militar (1976-1983).

O ministro da Economia, Luis Caputo, anunciou na quarta-feira (10) um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para liberar US\$ 4,7 bilhões que o país usará para pagar sua dívida com o próprio fundo. O anúncio foi feito depois que o FMI felicitou o governo por seu "ambicioso programa de estabilização", mas advertiu que não continuaria produzindo os desembolsos se não conseguisse uma "implementação contínua e duradoura" do ajuste fiscal.

"Há aspectos desse projeto de lei que têm implicações fiscais significativas e, como tal, esperamos que as autoridades continuem a obter apoio político para levar esse projeto adiante", disse a diretora de comunicações do FMI, Julie Kozack, em uma coletiva de imprensa em Washington na manhã de quinta-feira (11).

Por outro lado, a poderosa Central Geral de Trabalhadores (CGT), juntamente com outras centrais sindicais do país, já anunciou uma greve geral para o dia 24 de janeiro. Entre suas reivindicações, a representação dos trabalhadores exige a revogação do megaprojeto de lei e do mega decreto de necessidade e urgência. A ação sindical se junta a uma série de manifestações que vêm ocorrendo no país desde o anúncio das medidas econômicas e políticas do governo. Junto a mobilização, aproxima-se o mês de março, quando a Argentina discute atualizações salariais nos setores formais.

**DATA DA NOTÍCIA: 14/01/2024**

Título: Funcionários carcerários são libertados no Equador

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/14/funcionarios-carcerarios-sao-libertados-no-equador>

Todos os reféns de prisões do Equador foram libertados na noite de sábado (13). A informação foi divulgada neste domingo (14) pela autoridade que administra as prisões no país (Snai). Entre os libertados estão guardas e funcionários administrativos de sete prisões.

Na rede social X, o presidente do país, Daniel Noboa, cumprimentou as forças de segurança e o Exército após a soltura dos reféns. Após a soltura, eles foram encaminhados para avaliações médicas.

Desde o início da nova onda de violência, mais de 170 funcionários carcerários foram feitos reféns. Na manhã do sábado (13), o Snai divulgou que 133 pessoas continuavam em poder dos criminosos.

A atual crise no Equador começou no último domingo (7), quando um dos líderes criminosos mais perigosos do país fugiu da prisão. Na terça-feira (9), homens armados invadiram uma emissora de TV estatal e fizeram reféns, que foram libertados no mesmo dia pela polícia.

Daniel Noboa decretou estado de exceção e "conflito armado interno". O país está sob toque de recolher das 23h às 5h e conta com forte presença militar nas ruas.

Antes disso, o país já havia passado por momentos de tensão no ano passado. Durante a campanha eleitoral, o candidato à presidência Fernando Villavicencio foi assassinado, e houve atentados contra outros políticos. Nos últimos cinco anos, a taxa de homicídios por 100.000 habitantes passou de 6 para 46. Pesquisas de opinião mostraram que a segurança era a principal preocupação dos eleitores.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 15/01/2024**

Título: Após ameaça de golpe e nove horas de atraso, presidente da Guatemala toma posse

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/15/apos-ameaca-de-golpe-e-nove-horas-de-atraso-presidente-da-guatemala-toma-posse>

O novo presidente da Guatemala, o progressista Bernardo Arévalo, tomou posse na madrugada desta segunda-feira (15), em uma cerimônia que começou com mais de nove horas de atraso, o que provocou tensão e receio de que se tratasse de uma nova tentativa de golpe. Com manobras políticas de última hora no Congresso guatemalteco, opositores tentaram atacar o partido governista e enfraquecer o presidente.

Arévalo, que desde a vitória folgada nas urnas, em agosto de 2023, sofre com processos jurídicos, precisou enfrentar obstáculos até no dia marcado para a posse. Uma decisão judicial determinou que os deputados eleitos pelo Semilla, o partido de Arévalo,

assumissem seus cargos como independentes e não como representantes da legenda. Após debates acalorados e pressão internacional, eles conseguiram angariar o apoio de outros partidos para reverter a decisão, recuperar a bancada legislativa, que é minoritária, e ainda conquistar a presidência do novo Congresso.

A ação opositora fez com que a posse do presidente, marcada para às 16h deste domingo (14) só acontecesse às 9h desta segunda-feira. Durante os momentos de indefinição, representantes de países convidados chegaram a assinar um documento em defesa do mandato de Arévalo e exigindo a conclusão da posse. O vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, estava presente no país para a cerimônia e foi um dos que apoiou a iniciativa.

Além do Brasil, a União Europeia, a Organização dos Estados Americanos e chanceleres e presidentes de outros países também assinaram o documento. O mandatário colombiano, Gustavo Petro, chegou a dizer em suas redes sociais que não deixaria a Guatemala até que o novo presidente fosse empossado.

O mais recente de uma série de empecilhos legislativos provocados por opositores destacou os desafios que Arévalo enfrenta como líder da nação mais populosa da América Central, à qual ele prometeu trazer amplas reformas, combater a corrupção e enfrentar o aumento do custo de vida e da violência, principais fatores que impulsionam a migração para os Estados Unidos.

"Nossa democracia tem a força para resistir e, por meio da unidade e confiança, podemos transformar o cenário político na Guatemala", disse Arévalo momentos após assumir o cargo, em substituição ao conservador Alejandro Giammattei, cujo governo foi envolto em escândalos de corrupção. Giammattei não compareceu à cerimônia.

Arévalo reiterou que, em seu governo, combaterá o uso indevido de recursos públicos. "Não permitiremos que nossas instituições se dobrem novamente diante da corrupção e impunidade". O mandatário ainda falou em "impulsionar o progresso" do país, convidando líderes políticos, sociais, profissionais e empresariais a se unirem em um caminho de diálogo e paz.

"Estamos diante de uma oportunidade histórica para reverter décadas de abandono social e deterioração institucional", manifestou enquanto centenas de apoiadores se reuniam na Plaza de la Constitución da Cidade da Guatemala, capital do país, para celebrar. Ele enfatizou que o povo guatemalteco demonstrou "sabedoria" e que o Tribunal Superior Eleitoral e a Suprema Corte protegeram o "desejo soberano" de "viver em democracia".

A vitória inesperada do presidente e do movimento progressista por ele representado é um momento histórico para a Guatemala, há muito governada por partidos conservadores. Como diplomata de carreira, sociólogo e filho de um ex-presidente, Arévalo, de 65 anos, enfrentou oposição constante de partidos políticos estabelecidos, que tentaram minar repetidamente sua vitória eleitoral. O procurador-geral da Guatemala, aliado de Giammattei, fez várias tentativas para dificultar a chegada de Arévalo à Presidência, incluindo tentativas de suspender a imunidade legal dele e da vice-presidenta, de suspender o partido Semilla e de anular a eleição.

Além de lidar com questões internas, o governo de Arévalo e da vice-presidente Karin Herrera terá que equilibrar as demandas dos Estados Unidos para conter a migração, em meio a remessas recorde que sustentam a economia local. Agindo sob pressão dos EUA, Giammattei frequentemente utilizava a polícia e o exército para conter migrantes, usando táticas agressivas, como lançar gás lacrimogêneo nas multidões.

Em seu discurso de posse, Arévalo afirmou que seu governo está comprometido em tratar os migrantes que atravessam o território guatemalteco com "dignidade, respeito e

compaixão, da mesma forma que exigiremos que os migrantes guatemaltecos sejam tratados no exterior".

A chegada de Arévalo ao poder foi prestigiada pelos presidentes de Honduras, Xiomara Castro, do Chile, Gabriel Boric, e da Colômbia, Gustavo Petro, além do rei da Espanha, Felipe 6º, e do chefe da diplomacia da União Europeia, o espanhol Josep Borrell. O Brasil foi representado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin e pelo diplomata Benoni Belli, escolhido pelo governo para representar o país na OEA (Organização dos Estados Americanos), que enviou uma pequena delegação à posse em apoio ao ritual democrático. Devido ao atraso, Boric e Felipe 6º precisaram ir embora antes da posse.

No entanto, os atrasos não pareceram diminuir a alegria de muitos apoiadores de Arévalo, que soltaram fogos de artifício enquanto celebravam até tarde da noite. "Temos muita esperança no novo presidente", disse Eli Montes, um médico de 27 anos que esperou por horas para ouvir Arévalo falar. "Ele tem a oportunidade de promover mudanças e deixar para o próximo governo uma Guatemala que está no caminho do desenvolvimento". "Minhas esperanças são de que ele possa realmente iniciar mudanças para a Guatemala", disse Adolfo Zacarías, contador de 40 anos.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 16/01/2024**

Título: Maduro diz que Venezuela cresceu 5% em 2023 e anuncia aumento nos auxílios

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/16/maduro-diz-que-venezuela-cresceu-5-em-2023-e-anuncia-aumento-nos-auxilios>

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, realizou nesta segunda-feira (15) seu discurso de Memória e Conta na Assembleia Nacional. O ato ocorre anualmente e funciona como uma prestação de contas do Executivo ao Legislativo do país.

Os temas econômicos e de política externa dominaram a fala do mandatário, que disse que a Venezuela superou os 5% de crescimento no PIB no ano de 2023 e anunciou um aumento dos auxílios pagos pelo governo aos venezuelanos, que agora devem chegar a US\$ 100 (cerca de R\$ 490). "Foi o maior crescimento da Américas Latina e do Caribe, outra conquista alcançada nos tempos de bloqueio", disse.

Os dados de crescimento apresentados pelo presidente superaram os estimados pela Cepal no último trimestre do ano passado, que previam um crescimento de 3,2% no PIB venezuelano em 2023.

Apesar de se mostrar otimista com os índices, Maduro destacou os impactos das sanções dos Estados Unidos (EUA) contra a indústria petroleira que, segundo ele, fizeram com que o país deixasse de "produzir 3,9 bilhões de barris de petróleo e deixasse de receber 323 bilhões de dólares".

O presidente ainda afirmou que as perdas totais da economia venezuelana, nos setores público e privado, entre 2015 e 2022 foram de 642 bilhões de dólares. "Um genocídio, um massacre econômico", classificou Maduro.

"Por isso que cada resultado obtido, cada meta cumprida deve ter a etiqueta [com os dizeres] feito, construído, desenhado, criado, superado em tempos de guerra e de bloqueio imperialista", disse.

Todo esse cenário de crise descrito por Maduro vem impactando a vida dos trabalhadores venezuelanos desde o início da recessão, em 2014. As perdas no setor petrolífero e a crise na arrecadação de divisas levou o país a uma espiral de hiperinflação que só foi contida no início de 2022.

Apesar disso, o aumento nos preços continua a prejudicar milhões de venezuelanos que recebem seus salários na moeda nacional, o bolívar, constantemente desvalorizado pelo câmbio.

"A inflação é o primeiro inimigo a derrotar em qualquer economia", disse Maduro. "Na nossa economia, bloqueada e perseguida, além de ser uma tarefa prioritária é a mais difícil, toda vez que as sanções criminosas operam diretamente contra a geração de renda do país", afirmou.

Apesar disso, o mandatário disse que a inflação de dezembro foi de 2,4%, o índice mais baixo de 2013.

Frente ao quadro inflacionário, o governo vem enfrentando pressões para um aumento de salário real que seja indexado ao dólar, moeda na qual a maioria dos preços são expressados no país desde 2020. O Executivo, no entanto, tem sido cauteloso com o tema da liquidez, pois teme uma nova disparada cambial.

O último aumento do salário mínimo ocorreu em 2022 e, desde então, o valor de 130 bolívares hoje está em cerca de 3 dólares.

O presidente, no entanto, anunciou nesta segunda-feira um aumento nos auxílios oferecidos pelo governo aos venezuelanos. O vale alimentação continuará em 40 dólares e o chamado "bônus de guerra econômica" foi a 60 dólares, totalizando US\$ 100. Os valores serão indexados à moeda estadunidense e serão pagos além dos salários.

"Em 2023, nosso país teve o menor aumento do dólar desde que foram criadas as mesas de câmbio [fim do controle cambial, em 2020]. Esse comportamento é alentador e nos permitirá, neste ano, consolidar a estabilidade para baixar ainda mais a inflação", prometeu Maduro.

O presidente ainda afirmou que durante 2023 as forças de segurança venezuelanas desmontaram quatro tentativas de golpes de Estado contra seu governo em maio, agosto, novembro e dezembro, "planejadas em Miami e na Colômbia".

"Estou entregando ao doutor Jorge Rodríguez [presidente do Legislativo] um relatório completo e os materiais de desmontagem de quatro conspirações durante 2023 que foram mantidas em silêncio", disse Maduro.

No âmbito da política externa, o presidente reafirmou o desejo da Venezuela de entrar no Brics e classificou o grupo como "uma aliança vital". "Fomos convidados para a cúpula do Brics na Rússia e temos a aspiração certa de que a Venezuela, em 2024, entrará pela porta grande nos Brics", disse.

Maduro também aproveitou para condenar os ataques de Israel na Faixa de Gaza que já mataram mais de 23 mil pessoas, cuja maioria são mulheres e crianças. O mandatário se somou aos pedidos de cessar-fogo e pediu o fim dos assassinatos na região.

## **DATA DA NOTÍCIA: 17/01/2024**

Título: Reformar sem perder o socialismo: crise leva Cuba a rever plano econômico para 2024

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/17/reformar-sem-perder-o-socialismo-crise-leva-cuba-a-rever-plano-economico-para-2024>

Cuba inicia o ano de 2024 com sérios e persistentes problemas econômicos dos quais o país vem tentando se recuperar desde, pelo menos, a crise gerada pela pandemia em 2020: uma contração na atividade econômica, inflação acima dos 30% e episódios recorrentes de escassez de combustível e outros produtos.

O contexto é agravado pelos efeitos nocivos do bloqueio dos EUA contra o país caribenho, que já dura 62 anos e segue sufocando a economia da ilha, sendo um dos principais empecilhos para a recuperação.

Diante desse quadro, o governo cubano anunciou nos últimos dias de dezembro de 2023 que neste ano implementará uma série de medidas para "estabilizar a economia". Aumentos nos preços de serviços e energia, cortes em subsídios a setores com maior consumo e a implementação de uma nova taxa de câmbio acompanhada de uma desvalorização da moeda nacional estão nos planos do governo.

No entanto, há riscos de que as medidas gerem um efeito dominó e estimulem a inflação na ilha. Um dos produtos mais sensíveis que sofreu aumentos este ano, por exemplo, foi o combustível, que o Estado importa e subsidia consideravelmente para a população. Os aumentos nos combustíveis são um componente essencial na formação de preços e podem criar uma pressão inflacionária em outros setores.

Por outro lado, o governo busca proteger setores vulneráveis e trabalhadores no geral. Como medidas compensatórias, foram anunciados aumentos salariais para profissionais da educação e da saúde, em uma tentativa de recuperar parte do poder aquisitivo que foi afetado pela crise nos últimos anos.

Para economistas cubanos ouvidos pelo Brasil de Fato, o desafio do país em 2024 é realizar os ajustes econômicos necessários para sair da crise, mas sem desmontar as políticas sociais construídas desde o início da Revolução socialista, em 1959. "Devemos tentar preservar por todos os meios o projeto social cubano", afirma a economista Karina Cruz Simón.

Pesquisadora do Centro de Estudos da Economia Cubana, ela publicou em conjunto com outros especialistas importantes trabalhos sobre a inflação na ilha e, embora esteja atualmente envolvida em atividades acadêmicas, trabalhou por muitos anos no Banco Central de Cuba. Ao Brasil de Fato, ela disse que "nessa situação de crise que a economia cubana está atravessando, devemos procurar fazer todas as atualizações e ajustes necessários, mas com o entendimento de que esses ajustes devem ter como objetivo final preservar o projeto social que estamos construindo desde o triunfo da Revolução, um projeto que se baseia em pilares de justiça social".

"Certamente, o ano de 2024 deve ser um ano muito complexo. De fato, os últimos quatro anos foram extremamente complexos para a economia cubana", afirmou a economista. "A

crise que Cuba está sofrendo é causada por vários fatores, alguns são estruturais, outros são conjunturais, mas também há problemas externos. O bloqueio dos EUA contra Cuba é um grande problema, mas não é o único, apesar de todos os problemas pelos quais estamos passando serem agravados pelo bloqueio. Ele sufoca as possibilidades de sairmos da situação atual", explicou.

De acordo com o último documento que exige o fim das sanções contra Cuba, aprovado na Assembleia Geral da ONU, o bloqueio implementado ilegalmente pelos Estados Unidos gerou uma perda de US\$ 13 milhões por dia para o Estado cubano somente no último ano.

"Temos uma situação de dolarização parcial da economia. Como não temos um mercado formal de câmbio - entre outras coisas, porque não temos acesso ao crédito ou ao sistema financeiro internacional devido ao bloqueio - o mercado informal de divisas assumiu um peso significativo. O que quero ressaltar é que temos uma crise de ordem produtiva, que se explica por razões estruturais, mas também temos uma crise do ponto de vista macroeconômico", disse Simón.

Com as medidas, o governo busca reduzir o alto déficit fiscal e diminuir a inflação, ainda que preveja para 2024 um déficit de mais de 15% do PIB. A principal preocupação é o custo social que as iniciativas de estabilização podem gerar. "Há muito debate sobre se essas medidas serão eficazes para ajudar Cuba a sair da crise", adverte a economista. "Na minha opinião, Cuba não precisa de medidas isoladas, porque elas não são suficientes. É preciso um programa coerente de estabilização macroeconômica com medidas abrangentes e devidamente sequenciadas para sairmos o mais rápido possível da situação complexa que vivemos nos últimos anos", disse.

Ao mesmo tempo em que se vê forçada a enfrentar a crise, Cuba atravessa profundas mudanças econômicas e sociais. Desde 2021, a vida na ilha vem passando por uma acelerada transformação como resultado da incorporação de um novo setor econômico privado de pequenas e médias empresas, conhecido como Mipymes. Apesar de ser mais forte em Havana, a paisagem das principais cidades do país está sendo transformada à medida que essas pequenas e médias empresas se multiplicam.

Joel Marill, membro da Diretoria de Projeções e Coordenação Macroeconômica do Ministério da Economia da Cuba, conversou com o Brasil de Fato sobre esse processo. "A partir de 2021, teve início o que se chamou de atualização do modelo econômico, que consistiu em um conjunto de reformas que, entre outras coisas, incorporou novos atores ao sistema econômico cubano", explica.

De acordo com os últimos relatórios oficiais, existem atualmente mais de 9,9 mil pequenas e médias empresas do setor privado em Cuba. Estima-se que as Mipymes empreguem mais de 260 mil trabalhadores, o que representa aproximadamente 18% da força de trabalho. Entretanto, o restante trabalhadores permanece empregado nas várias formas em que o setor estatal opera.

"Cuba tem hoje uma economia muito mais diversificada em termos de atores econômicos, agentes e formas de propriedade, mas o setor estatal ainda é predominante. O Estado controla as principais estruturas da economia, o que chamamos de 'meios fundamentais de produção', que é o que forma o núcleo do projeto socialista", observa Marill.

Parte das discussões atuais em Cuba sobre o futuro do modelo econômico passa pelos destinos do nascente setor econômico privado e como ele se relaciona - ou deveria se relacionar - com o projeto socialista. Por um lado, as Mipymes têm sido importantes dinamizadores da economia, pois durante episódios de escassez elas conseguiram aumentar a oferta de bens e serviços no mercado, na maioria dos casos por meio de



importações. Além disso, elas também estão gerando novos empregos, aliviando o setor estatal.

Por outro lado, a expansão das pequenas e médias iniciativas privadas também gerou novas desigualdades sociais entre a população, um fenômeno relativamente novo na ilha que, durante décadas, foi referência em níveis de igualdade social. Ao mesmo tempo, vários discursos apontam que as Mipymes podem ser responsáveis pelo processo inflacionário da ilha. Muitos dos produtos vendidos pelo setor privado são de difícil acesso para o salário dos trabalhadores do Estado, que têm seu poder de compra deteriorado.

As medidas de estabilização econômica que o governo pretende implementar durante o ano refletem o quadro do crescimento da desigualdade. Um dos principais objetivos do governo para 2024 é criar um maior grau de articulação entre o setor econômico privado emergente e o setor estatal. Para isso, um instituto deverá vincular esse setor econômico às necessidades de desenvolvimento local em cada um dos 168 municípios do país.

"É necessário entender que, para que esse projeto social realmente sobreviva, precisamos fazer ajustes importantes, modificações e até mesmo certas atualizações. Uma parte dessas atualizações tem a ver com a forma de vincular esse novo setor privado, que vem surgindo com muita força nos últimos anos, ao setor empresarial estatal, que é o setor que tradicionalmente opera na economia cubana", apontou Karina Cruz Simón.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 17/01/2024**

Título: Milei faz discurso ultraliberal em Davos enquanto argentinos protestam contra ajustes

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/17/milei-faz-discurso-ultraliberal-em-davos-enquanto-argentinos-protestam-contra-ajustes>

O presidente da Argentina, Javier Milei, cumpriu nesta quarta-feira (17) o primeiro compromisso internacional de seu mandato no Fórum de Davos. O ultradireitista aproveitou a ocasião para apresentar suas ideias ultraliberais diante da elite mundial e atacar as agendas globais de combate à desigualdade e às mudanças climáticas.

Durante pouco mais de 20 minutos de discurso, Milei repetiu quase que literalmente as mesmas teses que vem defendendo em todas as suas falas públicas. "Estou aqui hoje para lhes dizer que o Ocidente está em perigo", disse. "Está em perigo porque aqueles que deveriam defender os valores do Ocidente são cooptados por uma visão de mundo que - inexoravelmente - leva ao socialismo e, conseqüentemente, à pobreza", afirmou.

Com um tom acusatório, Milei atacou organizações internacionais, argumentando que nas últimas décadas "os principais líderes do mundo ocidental abandonaram o modelo de liberdade em favor de diferentes versões do que chamamos de coletivismo".

Em um dos momentos mais estranhos da apresentação, o ultraliberal disse que "o marco teórico da teoria neoclássica", em referência ao conjunto de teorias capitalistas ortodoxas, "acaba inconscientemente sendo funcional à interferência do Estado, ao socialismo e à degradação da sociedade".

Assim, de acordo com a concepção ultraradical de Milei, mesmo para os próprios parâmetros do Fórum de Davos, que funciona como o coração do capitalismo mundial, o mercado capitalista é "justo e moralmente superior" a qualquer tentativa de regulamentação. Para ele, que torna o mercado capitalista como algo sagrado e uma espécie de religião, "falar de falha de mercado é um oxímoro, não existe tal coisa como falha de mercado".

A linguagem da exposição de Milei faz parte da retórica usada por um setor da extrema direita global, como os ex-presidentes Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil. Em sua cruzada contra o suposto "socialismo que tomou conta do mundo", o presidente argentino apontou que a "justiça social", uma noção que se refere a lutas por maior equidade, "é uma ideia intrinsecamente injusta porque é violenta".

A exposição do ultraliberal em defesa do capitalismo de livre mercado ocorre apenas dois dias depois do Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (Oxfam) divulgar um relatório alertando que a riqueza dos cinco maiores bilionários do mundo dobrou desde 2020, enquanto 60% da população mundial ficou mais pobre. Ao mesmo tempo, o relatório observa que os bilionários são US\$ 3,3 trilhões mais ricos do que eram em 2020 e sua riqueza cresceu três vezes mais rápido do que a taxa de inflação.

Milei, no entanto, questionou: "Como é possível que a academia demonize um sistema econômico que tirou a população mundial da pobreza, que é justo e moralmente superior? Graças ao capitalismo, o mundo está em seu melhor momento. Nunca houve uma época de maior prosperidade. O mundo está mais livre, mais rico, mais pacífico e mais próspero".

Enquanto o presidente argentino discursava em Davos, movimentos populares protestavam contra os ajustes neoliberais que seu governo quer implementar no país. No município de La Matanza, região metropolitana de Buenos Aires, organizações políticas e sindicais permaneceram mobilizadas durante mais de seis horas para denunciar o chamado DNU de Milei.

"Estamos outra vez em um dia de protestos na Rota 3 com painéis populares contra o ajuste brutal que o governo está fazendo. É algo que impacta de maneira selvagem as famílias nos bairros populares e os trabalhadores formais, que recebem abaixo da linha da pobreza", afirmaram os movimentos em comunicado.

Através do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), Milei pretende revogar e modificar 366 artigos de lei, aprofundando cortes e implementando diversas políticas de caráter neoliberal.

Os manifestantes também chegaram a bloquear o fluxo de uma das principais vias do município e denunciaram que Milei "tem um plano sinistro". "O corte no fornecimento de comida dos restaurantes populares nesta região é brutal. Há muita reclamação porque retiraram nada mais, nada menos do que a comida, isso mostra do que eles são capazes", disse uma das manifestantes à agência estatal argentina Télam.

Entre suas diatribes contra qualquer tipo de regulamentação do capitalismo de livre mercado, Milei também alertou em Davos que o perigo em que o Ocidente se encontraria seria o de que os socialistas estariam alimentando "outros supostos conflitos sociais igualmente prejudiciais à vida da comunidade e ao crescimento econômico".

"A primeira dessas novas batalhas foi a disputa ridícula e antinatural entre homem e mulher", disse, concluindo que "a única coisa em que essa agenda do feminismo radical resultou foi em mais intervenção do Estado para impedir o processo econômico". Ele também argumentou que "os socialistas" teriam colocado o conflito "do homem contra a natureza", negando a mudança climática e a importância da luta contra esse flagelo.

Tanto a luta contra a desigualdade de gênero quanto a luta contra as mudanças climáticas fazem parte das metas estabelecidas pelas Nações Unidas. Ambas as questões são amplamente reconhecidas como flagelos pela comunidade científica internacional. Em 2023, a professora da Universidade de Harvard Claudia Goldin recebeu o maior prêmio Nobel de economia por seu extenso trabalho sobre o papel das mulheres na economia e a diferença salarial. Já a mudança climática é uma realidade reconhecida por todo o campo científico.

Milei ainda classificou como "inimigos da liberdade" todos aqueles que não concordam que o livre mercado. "Não há diferenças substantivas. Socialistas, conservadores, comunistas, fascistas, nazistas, social-democratas, centristas. São todos iguais. Os inimigos são todos aqueles em que o Estado detém os meios de produção", afirmou. No final de seu discurso, o líder da extrema direita ainda chamou empresários de "heróis" e pediu que eles "não se deixem intimidar pela casta política".

#### **DATA DA NOTÍCIA: 19/01/2024**

Título: Governadores apoiam greve geral enquanto Milei prepara repressão na Argentina

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/19/governadores-apoiam-greve-geral-enquanto-milei-prepara-repressao-na-argentina>

Quanto mais o governo de Javier Milei ameaça com represálias e repressão, mais o movimento grevista ganha corpo na Argentina para a paralisação geral convocada para o próximo dia 24 pela CGT (Confederação Geral do Trabalho). Governadores, sindicalistas, líderes de movimentos sociais e artistas, entre outras categorias que se opõem ao rígido ajuste fiscal anunciado pelo governo preparam a logística e se articulam para transformar o ato num marco da oposição contra o mandato ultraliberal de extrema direita que começou no final de 2023.

O governador peronista da província de Buenos Aires, Axel Kicillof, liderou nesta sexta-feira (19) uma reunião de governadores provinciais, prefeitos e organizações sociais com líderes sindicais. Eles avaliaram a situação crítica provocada pelas medidas econômicas do governo e declararam apoio enfático à greve.

"Está sendo implementado um plano de ajuste com absoluta insensibilidade e sem compensar de nenhuma maneira o impacto negativo sobre os trabalhadores e os setores médios", disse Kicillof no encontro, que também contou com a participação presencial dos governadores Ricardo Quintela (La Rioja) e Gustavo Melella (Tierra del Fuego), além de Sergio Ziliotto (La Pampa), Gerardo Zamora (Santiago del Estero) e Raúl Jalil (Catamarca), que participaram virtualmente.

"As consequências das políticas serão vistas neste dia 24", afirmou Kicillof. "A demanda dos trabalhadores é em defesa dos mais necessitados, dos que mais sofrem e dos que ainda têm emprego", disse. A organização política La Cámpora, que reúne a juventude kirchnerista, convocou para a mobilização por meio de suas redes sociais e o um dos diretores da CGT, Héctor Daer, solidarizou-se com os trabalhadores que "sofrem a intimidação da Polícia Federal".

A ministra da Segurança, Patricia Bullrich, disse que o governo não permitirá a paralisação e afirmou que aplicará com rigor o protocolo "antipiquetes" implementado pela atual gestão. "As oligarquias defendem seus interesses. Devemos travar uma luta de vida ou morte", assegurou, pedindo "ordem nas ruas". A última marcha da CGT teve seu trajeto previsto cumprido e chegou ao seu destino. O mesmo ocorreu com os piquetes e com a primeira manifestação dos movimentos sociais contra as medidas do governo.

Além disso, embora o direito à greve esteja consagrado na Constituição, o governo anunciou que descontará o dia de todos os funcionários públicos que aderirem à greve geral, chegando a abrir uma linha telefônica para denúncias contra pessoas que "obriguem" algum trabalhador a cruzar os braços. "O salário é uma contraprestação e quem não trabalha, é razoável que não receba", afirmou o porta-voz da Presidência, Manuel Adorni.

"No dia 24, os funcionários públicos param em todo o país. Você também poderia parar, Adorni, mas de dizer bobagens", retrucou o secretário-geral da ATE Nacional (Associação de Trabalhadores do Estado), Rodolfo Aguiar. A maioria dos sindicalistas acredita que, quanto maior o grau de ameaças, mais a greve se fortalece e mais adesões recebe. "O que vão fazer com o que vão descontar? Porque será muito dinheiro, a adesão será total. Vão entregar ao FMI, depositar na conta da [construtora] Techint ou pagarão ao Hotel Libertador?", ironizou Aguiar, referindo-se ao hotel de luxo onde são realizadas reuniões com o empresariado.

O líder do sindicato de Canillitas, Omar Plaini, afirmou que "grande parte do povo estará mobilizada" e alertou o governo de Javier Milei que "seus próprios eleitores irão para as ruas" para impedir "os abusos" das políticas implementadas desde 10 de dezembro.

Mais de 1,5 mil personalidades assinaram um documento público no qual rejeitam as medidas do governo e as definem como um "plano destrutivo", além de convocar para a greve da CGT. Entre os principais signatários, estão os governadores Axel Kicillof e Ricardo Quintela, o deputado Máximo Kirchner, líderes sindicais, juizes, atores, cantores e o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel.

"O Decreto 70/2023 é ilegal e ilegítimo, atenta contra os trabalhadores do setor privado, os trabalhadores do setor público, os consumidores e usuários, os inquilinos, os esportistas, os industriais, os comerciantes, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, além de colocar em grave risco a soberania nacional e a preservação do ambiente", afirma o documento.

Sobre o plano antipiquetes do Ministério da Segurança, o chamam de "um protocolo autoritário de restrição da liberdade de reunião, associação e manifestação".

O documento também adverte que as medidas "foram elaboradas por ex-funcionários da frustrada administração macrista (2015-2019) e do governo fracassado de Fernando De La Rúa (1999-2001), que, assim como vários outros representantes do atual governo, direta ou indiretamente, já participaram de outras experiências de governo que foram contra os interesses populares".

**DATA DA NOTÍCIA: 22/01/2024**

Título: Milei modifica pacote de redução do Estado dois dias antes de greve na Argentina

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/85129/milei-modifica-pacote-de-reducao-do-estado-dois-dias-antes-de-greve-na-argentina>

O governo da Argentina apresentou oficialmente ao Congresso, nesta segunda-feira (22/01), o texto modificado da chamada Lei Ônibus, um pacote de mais de 300 medidas que o presidente Javier Milei tentou impor a partir de decreto em dezembro de 2023, mas que foi impedido de fazê-lo por decisão da Justiça, e agora precisará aprovar esse projeto no Legislativo do país.

As alterações já vinham sendo anunciadas nos últimos dias pelos meios de comunicação locais, mas a versão final do documento só foi confirmada após reunião neste domingo (21/01) entre o ministro do Interior, Gustavo Francos, o presidente da Câmara dos Deputados, Martín Menem, e líderes de partidos de direita que opunham ao projeto, como a União Cívica Radical e a Coalizão Cívica.

Ao todo, foram mais de 100 alterações. Alguns artigos foram modificados e outros simplesmente eliminados.

Uma das eliminações que chamou a atenção foi a retirada da petroleira YPF da lista de empresas estatais a serem privatizadas. Se estabeleceu que outras estatais que atuam em “ramos estratégicos” só podem ser parcialmente privatizadas, o que inclui empresas como Nucleoeléctrica (energia atômica), Banco Nación (banco estatal) e ARSAT (satélites geostacionários). Setores de esquerda defenderam a presença da empresa Aerolíneas Argentinas na lista, mas não tiveram sucesso.

Também foi removido o polêmico artigo que previa a obrigação de autorização policial para “qualquer congregação intencional e temporária de três ou mais pessoas em um espaço público”, criticada por muitas organizações de direitos humanos como uma ameaça ao direito à livre manifestação.

O governo de extrema direita também desistiu de impulsionar uma mudança na composição da Câmara dos Deputados e uma lei que acabaria com a obrigatoriedade das prévias eleitorais – atualmente, as eleições gerais na Argentina são antecedidas pelas Prévias Abertas Simultâneas e Obrigatórias, que costumam ocorrer dois meses antes do primeiro turno, como aconteceu em 2023.

Outra modificação importante foi a aceitação da atualização automática das aposentadorias a partir do índice de inflação mensal, mecanismo que já existia e que o governo de Milei pretendia eliminar a partir do decreto de dezembro. O novo texto propõe congelar o mecanismo até abril, quando seria reativado.

Essas e outras dezenas de modificações buscam permitir a conformação de uma maioria entre os partidos de direita e de centro na Câmara dos Deputados, suficiente para alcançar a aprovação do texto.

Apesar do gesto em busca de apoio, o governo de extrema direita da Argentina terá um desafio dentro de dois dias: a greve geral convocada ainda em dezembro pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), e na qual se espera a adesão de mais de um milhão de pessoas nesta quarta-feira (24/01).

A alta expectativa de público por parte dos líderes sindicais se baseia, segundo o diário Página/12, nas assembleias prévias realizadas durante as primeiras semanas de janeiro.

O site Infobae afirma que a Casa Rosada pediu urgência na tramitação do projeto e tenta pressionar os possíveis novos aliados da direita e do centro para que o novo texto seja

votado na tarde da quarta-feira, antes do horário programado para o ato político que encerrará a jornada de paralisação, que acontecerá em frente ao Congresso.

Setores de esquerda e grupos ligados a CGT defendem, por sua parte, que a votação ocorra na quinta-feira (25/01).

#### **DATA DA NOTÍCIA: 22/01/2024**

Título: MP confirma investigações contra planos de golpe na Venezuela e diz que realizou 32 prisões

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/mp-confirma-investigacoes-contr-planos-de-golpe-na-venezuela-e-diz-que-realizou-32-prisoos>

O Ministério Público da Venezuela confirmou nesta segunda-feira (22) a condução de investigações contra ao menos cinco planos de golpes de Estado que incluíam a morte do presidente, Nicolás Maduro, e do ministro da Defesa, Vladimir Padrino López.

Segundo o procurador-geral da República, Tarek William Saab, foram realizadas 32 prisões de pessoas acusadas de conspiração. Quase todas as detenções, disse Saab, foram realizadas em cinco etapas ao longo de 2023. Apenas um acusado foi preso em janeiro deste ano.

O anúncio do MP vem na esteira de declarações do próprio presidente que, na semana passada, disse que seu governo havia desmontado algumas tentativas de golpes de Estado no ano passado e que possíveis novos ataques tinham como objetivo matá-lo. Por isso, Maduro anunciou na última quinta-feira (18) o "Plano Fúria Bolivariana", para desmontar atentados "promovidos por organizações internacionais" na Venezuela.

De acordo com Saab, a ideia das tentativas de golpe era cooptar agentes de segurança "para ter acesso às informações da segurança presidencial" e contou com a ajuda de organizações internacionais. O procurador-geral ainda disse que os presos foram acusados de resistência à autoridade, lesões corporais, danos materiais, formação de quadrilha, traição, divulgação de segredos militares, tráfico ilícito de armas e munições, terrorismo e conspiração com governos e associações estrangeiras.

O vice-presidente do partido governista PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) e deputado, Diosdado Cabello, acusou nesta segunda-feira a CIA (Agência de Inteligência dos Estados Unidos) e a DEA (Administração de Repressão às Drogas dos EUA) de estarem envolvidas com os casos e disse que as investigações do MP apontam para isso.

Cabello atribuiu os planos conspiratórios à "direita nauseabunda" e disse que o objetivo dos golpistas era entrar na Venezuela pelo Estado de Táchira, na fronteira com o território colombiano. "Não vamos permitir mais terrorismo ao nosso povo. Nós conhecemos cada um que promoveu esses ataques em cada cidade", disse Diosdado.

O anúncio da descoberta do plano foi feito um dia antes da celebração de 66 anos do fim da ditadura do general Marcos Pérez Jiménez na Venezuela, em 1958. O governo e a oposição preparam atos de rua para esta terça-feira (23).

**DATA DA NOTÍCIA: 23/01/2024**

Título: Governo da Colômbia e guerrilha ELN voltam a Cuba para discutir renovação de cessar-fogo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/23/governo-da-colombia-e-guerrilha-eln-voltam-a-cuba-para-discutir-renovacao-de-cessar-fogo>

A sexta rodada de negociações de paz entre o governo da Colômbia e o ELN (Exército de Libertação Nacional) começou nesta segunda-feira (23), em Havana, com o objetivo de renovar o cessar-fogo bilateral acordado em agosto de 2023.

“Esperamos que o sexto ciclo de debates da mesa de diálogos de paz entre as delegações do governo colombiano e do ELN, iniciado hoje em Havana, propicie novos avanços no caminho do povo irmão colombiano até a paz, o que Cuba seguirá apoiando”, publicou o presidente cubano Miguel Díaz-Canel em seu perfil na rede social X.

Na capital cubana, a delegação do ELN informou que esperam “avançar e se aproximar das transformações que a Colômbia precisa”, de forma que “se concretizem as mudanças que o país exige, única possibilidade de construção de paz”.

O senador Iván Cepeda, membro da delegação de paz do Executivo, foi citado pela imprensa local e disse que a meta, além de renovar o cessar-fogo, é “fazer com que sua prorrogação implique no cumprimento de compromissos muito sérios em relação a suspensão do sequestro e avançar na participação social e cidadã”.

Este foi o cessar-fogo mais longo já firmado entre as partes até hoje, começou em 3 de agosto e termina em 29 de janeiro, em meio a um novo ciclo de diálogo, previsto para 6 de fevereiro.

O governo colombiano quer estender o cessar-fogo e ampliar o tipo de ações proibidas. O ELN, por sua vez, afirmou que busca mais garantias de que essa medida contribuirá para melhorar as condições de vida da população civil nas regiões mais afetadas pelo conflito.

O ciclo de debates de Havana, o segundo destas negociações celebrado na capital cubana, ainda precisa avançar em outros pontos que estão em aberto, como a participação da sociedade no acordo e a elaboração e trabalho em zonas críticas.

Também foi definido que Bajo Cauca, o nordeste de Antioquia e o sul de Bolívar serão classificadas como zonas críticas, em um movimento que não houve maiores avanços no México e se espera que se retorne agora em Havana.

**DATA DA NOTÍCIA: 25/01/2024**

Título: Com reunião em Brasília, Brasil deve liderar diálogo entre Guiana e Venezuela e fazer frente aos EUA

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>



Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/85209/com-reuniao-em-brasilia-brasil-deve-liderar-dialogo-entre-guiana-e-venezuela-e-fazer-frente-aos-eua>

Ainda que seja perceptível o esfriamento da tensão entre Guiana e Venezuela, o encontro que será realizado em Brasília nesta quinta-feira é visto como importante não só para os dois países, mas também para a diplomacia brasileira. Com mediação do Brasil, Dominica e São Vicente e Granadinas, as duas partes sentam-se lado a lado à mesa após a tensão vivida no fim de 2023.

Mesmo não sendo uma reunião de chefes de Estado, mas de chanceleres, o desembarque dos representantes dos dois países em solo brasileiro abre caminho para relações menos conflituosas na tríplice fronteira nos próximos meses.

A agenda bilateral intermediada pelo Itamaraty permite ao Brasil figurar como protagonista numa área que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera fundamental para galgar andares mais altos nas relações globais pela América do Sul, pela via do diálogo frente a movimentações bélicas de outros países na região, no fim do ano.

O coordenador do curso de Relações Internacionais do IBMEC/RJ, José Luiz Niemeyer, disse à RFI que as ameaças de Nicolás Maduro refletem os seus desafios políticos internos. O analista reforça que a crise gerou grande apreensão na região e impôs ao Brasil a necessidade se posicionar, especialmente frente aos Estados Unidos:

“Essa reunião vai apaziguar as relações entre Venezuela e Guiana e, mais do que isso, mostrar para os Estados Unidos que a América do Sul faz parte do espaço vital do Brasil, numa perspectiva geopolítica e geoestratégica. O Brasil consegue mostrar que tem uma ação diplomática eficiente e, depois, num próximo e esperado passo, poderá promover o encontro entre o presidente Lula, o presidente da Venezuela e o presidente da Guiana”, projeta Niemeyer.

“O Brasil precisa se posicionar, sendo que os Estados Unidos já haviam se posicionado, inclusive demonstrando força militar contra uma possível ação venezuelana”, relembra o Niemeyer, ao se referir a manobras militares dos americanos na Guiana após Maduro ameaçar a soberania do país vizinho.

Para Brasília, o encontro é visto mais como uma tentativa de reaproximação diplomática dos dois países e menos como um palco para se discutir o foco da polêmica, que é a questão de Essequibo. A especialista Carolina Pedroso, professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, disse à RFI que a disputa em torno da área é antiga, com rixas históricas. Mas que hoje, por se tratar de uma região rica em petróleo e num país amazônico, muitos outros interesses estão em jogo:

“O movimento é diplomático, mas há um outro aspecto que vem com interesses de fora da região, sejam dos Estados Unidos, sejam da Inglaterra, sejam das empresas estrangeiras que estão extraíndo petróleo dali. Basta lembrar a movimentação de navios ingleses no Caribe no fim do ano e a preocupação dos americanos”, aponta Pedroso.

“O Brasil, enquanto mediador, não pode deixar de considerar o elemento militar, o elemento estratégico da região amazônica, que assim como a própria questão do petróleo em Essequibo, desperta interesses de potências e de atores fora da região”, avalia.

A professora indica que as partes não deixaram claro quais vão ser os temas específicos a serem discutidos, e uma solução definitiva para o conflito não é fácil. “Mas a disposição dessas autoridades em virem ao Brasil, e mais do que isso, colocar o Brasil como um



construtor de pontes nesse momento, é extremamente importante”, ressaltou a professora da Unifesp.

Outra especialista na área internacional ouvida pela RFI, Vanessa Matijascic, da FAAP, destacou que a intenção brasileira é frear os ímpetos de Nicolás Maduro e manter as atuais linhas de fronteiras da região.

“O Brasil é super interessado em mediar e fazer com que haja uma conciliação e provavelmente permanecer as fronteiras tal como estão. Então a participação do Brasil na reunião que acontece esta semana é justamente para evitar qualquer escalada de conflito entre os dois países e, principalmente, ajudar a segurar a posição do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro”, frisou Matijascic.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 26/01/2024**

Título: Sob mediação do Brasil, Venezuela e Guiana se comprometem a ‘seguir dialogando’ sobre crise no Essequibo

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/85233/sob-mediacao-do-brasil-venezuela-e-guiana-se-comprometem-a-seguir-dialogando-sobre-crise-no-essequibo>

Após o encontro entre representantes da Venezuela e da Guiana no Palácio do Itamaraty, em Brasília, nesta quinta-feira (25/01), o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, afirmou que as duas nações envolvidas na crise sobre Essequibo se comprometeram a “seguir dialogando”.

“Comprometeram-se, reconhecidas as diferenças de lado a lado, a seguir dialogando com base nos parâmetros estabelecidos pela declaração de Argyle”, disse o ministro brasileiro.

Sob mediação do Brasil, a reunião teve como objetivo buscar uma solução pacífica, eliminando qualquer possibilidade de intervenção das Forças Armadas, para os países que, nas últimas semanas, têm protagonizado tensões pela disputa territorial do Essequibo.

Na avaliação do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, as conversações entre os chanceleres Yván Gil, da Venezuela, e Hugh Todd, da Guiana, foram “positivas”.

“Salientamos à delegação de venezuelanos que a Guiana segue comprometida em resolver a controvérsia que a Venezuela tem com a decisão de 1899 do tribunal arbitral de um jeito muito pacífico”, declarou Todd, reforçando o comprometimento de sua nação com a Carta da ONU “que inclui o respeito à lei internacional e ao acordo de 1966 de Genebra”.

Por sua vez, Yván afirmou que a Venezuela segue comprometida “com o avanço de um acordo”, mencionando a tradição pacífica da América Latina e do Caribe para a resolução de divergências.

Sendo o Brasil o país responsável para mediar as tratativas entre as nações conflitantes, Vieira não citou explicitamente as guerras em curso na Ucrânia e em Gaza, mas ressaltou, no atual cenário, a necessidade de “valorizar a cultura latino-americana e caribenha de solução pacífica”:

"Ao nos depararmos com as guerras que conflagram diferentes partes do mundo, aprendemos a valorizar a nossa cultura latino-americana e caribenha de solução pacífica de controvérsias, em um ambiente livre de tensões geopolíticas de origem extrarregional", disse o diplomata brasileiro.

A reunião, que durou cerca de sete horas, contou também com a participação de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

De acordo com o Itamaraty, há expectativa de que uma nova reunião entre representantes de Venezuela e Guiana possa ocorrer no Brasil.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 26/01/2024**

Título: Após estouro de escândalo de espionagem na Abin, governo exonera delegado da PF investigado no caso

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/26/apos-estouro-de-escandalo-de-espionagem-na-abin-governo-exonera-delegado-da-pf-investigado-no-caso>

Após o estouro do escândalo que envolve o uso político da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) pelo governo Bolsonaro, a gestão Lula exonerou o delegado Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho do cargo de coordenador de Aviação Operacional da Polícia Federal (PF). A função responde pelo apoio às ações aéreas do órgão.

A dispensa de Coelho vem após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) desta quinta (25) que afastou o delegado de suas funções. O despacho de exoneração foi oficializado pelo Ministério da Justiça no Diário Oficial da União (DOU) nesta sexta (26).

Coelho está entre os nomes suspeitos de participação no esquema da "Abin paralela", uma espécie de núcleo de agentes que teriam colaborado com ações ilegais de monitoramento de inimigos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante sua gestão. Apurações da Polícia Federal apontam também para o envolvimento do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) no caso. Na época, ele atuava no comando da Abin. Em manifestações dadas à imprensa, o parlamentar negou relação com o crime.

As investigações da PF mostram que os envolvidos no caso utilizaram um software israelense chamado "First Mile", que utiliza uma tecnologia capaz de exercer vigilância sobre 10 mil celulares a cada ano. O grupo teria monitorado diferentes autoridades públicas, incluindo o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os ministros do STF Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, a promotora de Justiça Simone Sibilio, que atuou no caso Marielle Franco, entre outras pessoas.

Carlos Afonso Coelho ocupava o cargo de coordenador de Aviação Operacional desde outubro de 2023 e, portanto, já na atual gestão de Andrei Passos como diretor-geral da Polícia Federal. Ele também esteve entre os alvos dos mandados de busca e apreensão cumpridos pela PF na quinta (25) no âmbito da Operação Vigilância Aproximada, que

atingiu ainda Alexandre Ramagem e cumpriu 21 mandados e medidas cautelares autorizados por Alexandre de Moraes.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 29/01/2024**

Título: Carlos Bolsonaro usava assessores para obter dados da Abin, diz PF

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-01/carlos-bolsonaro-usava-assessores-para-pedir-ajuda-da-abin-diz-pfPF>

A Polícia Federal (PF) investiga se o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) usava assessores para solicitar informações de forma ilegal por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A suspeita está no relatório de investigação que baseou a operação desta segunda-feira (29) contra o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em uma das mensagens obtidas pelos investigadores, Luciana Almeida, apontada como assessora de Carlos Bolsonaro, entra em contato com Priscila Pereira e Silva, identificada como assessora do ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem, para solicitar "ajuda" da "Abin paralela".

De acordo com a mensagem de WhatsApp, que faz parte do inquérito, a solicitação envolvia dados sobre as investigações contra Jair Bolsonaro e seus filhos.

"Bom diaaaa. Tudo bem? Estou precisando muito de uma ajuda. Delegada PF. Dra. Isabela Muniz Ferreira – Delegacia da PF Inquéritos Especiais Inquéritos: 73.630 / 73.637 (Envolvendo PR e 3 filhos). Escrivão: Henry Basílio Moura", diz a mensagem.

Após avaliar o material apreendido, a PF passou a suspeitar que os contatos entre Carlos Bolsonaro e Ramagem eram feitos por meio de seus assessores.

"Destaca-se que conforme se depreende da IPJ 183071/2024 que a comunicação entre os investigados del. Alexandre Ramagem e Carlos Bolsonaro se dá precipuamente por meio de seus respectivos assessores", diz a PF no relatório.

Na decisão na qual autorizou as buscas e apreensões contra Carlos Bolsonaro e os demais envolvidos na investigação, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), argumenta que as provas obtidas até o momento demonstram a existência de uma "organização criminosa" para realizar ações clandestinas na Abin.

"Os elementos de prova colhidos até o momento indicam, de maneira significativa, que a organização criminosa infiltrada na Abin também se valeu de métodos ilegais para a realização de ações clandestinas direcionadas contra pessoas ideologicamente qualificadas como opositoras, bem como para fiscalizar indevidamente o andamento de investigações em face de aliados políticos", escreveu Moraes.

Na quinta-feira (21), o ministro também autorizou buscas contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor-geral da Abin durante o governo de Jair Bolsonaro.

De acordo com o processo, Ramagem, policiais e delegados da PF que estavam cedidos para a Abin, além de servidores do órgão, teriam participado de uma organização criminosa para monitorar ilegalmente autoridades públicas. O caso é conhecido como "Abin paralela".

A Agência Brasil busca contato com a defesa de Carlos Bolsonaro.

Pelas redes sociais, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, irmão do vereador, classificou a operação como "ato ilegal, além de "imoral".

"Esse estado de coisas não pode permanecer, não pode uma ordem judicial ter uma ampliação dessa forma. Isso é ato ilegal, além de imoral", declarou.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 30/01/2024**

Título: Lula demite diretor-adjunto da Abin

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/lula-demite-diretor-adjunto-da-abin#:~:text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,Oficial%20da%20Uni%C3%A3o%20\(DOU\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/lula-demite-diretor-adjunto-da-abin#:~:text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,Oficial%20da%20Uni%C3%A3o%20(DOU).)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva exonerou nesta terça-feira (30) Alessandro Moretti do cargo de diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A exoneração do número 2 da agência foi publicada na noite de hoje em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

A demissão ocorreu após a Polícia Federal (PF) deflagrar operação que investiga suposto esquema de produção de informações clandestinas dentro da Abin durante a gestão do então diretor e atual deputado federal, Alexandre Ramagem (PL-RJ). Um dos alvos da investigação é o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mais cedo, o presidente Lula havia dito, em entrevista, que se fosse comprovado o envolvimento de Moretti no monitoramento ilegal feito no governo passado, não haveria condições de ele permanecer na instituição.

O delegado federal Alessandro Moretti ocupava o cargo desde março de 2023. Ele já estava no órgão antes e permaneceu por ter relação de confiança com o diretor-geral Luiz Fernando Corrêa, nomeado pelo presidente Lula.

Com a saída de Moretti, o segundo maior posto do órgão passará a ser ocupado por Marco Aurélio Chaves Cepik, conforme nota divulgada pela Casa Civil da Presidência da República. Cepik é professor universitário e o atual diretor da Escola de Inteligência da Abin.

Antes da Abin, Moretti ocupou a direção de Inteligência Policial (2022 a 2023) e de Tecnologia da Informação e Inovação (2021 a 2022) da Polícia Federal. Ele também atuou como diretor de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em 2020 e foi secretário-executivo de Segurança Pública do Distrito Federal, entre 2018 e 2020.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 30/01/2024**

Título: Bolsonaro nega ter tido 'Abin paralela' e diz que órgãos 'sonegavam informações'

Fonte pesquisada: <https://www.folha.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/bolsonaro-nega-ter-tido-abin-paralela-e-diz-qu-e-orgaos-sonegavam-informacoes.shtml>

Em conversa com apoiadores nesta terça-feira (30), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a negar ter recebido informações de inteligência de órgãos de Estado, ao falar sobre a operação da Polícia Federal contra seu filho Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). Também afirma que as investigações sobre uma suposta "Abin Paralela" não têm nada para encontrar.

"A minha inteligência nunca foi a Abin [Agência Brasileira de Informação], Polícia Federal, Exército Brasileiro, Marinha ou Aeronáutica. Você não tem informações de lá, sonegam informações para você", disse ele, em vídeo publicado nas redes sociais de aliados.

Também em live neste domingo (28), ao lado dos filhos Flávio, Carlos e Eduardo, Bolsonaro negou que tenha criado uma "Abin paralela" para espionar adversários. Na tarde de segunda-feira (29), mesmo dia das buscas contra Carlos, o ex-presidente disse à coluna Mônica Bergamo, da Folha, que a intenção da operação é a de "esculachar" com ele e sua família.

Na gravação desta terça, Bolsonaro aparece em sua casa em Angra dos Reis (157 km do Rio de Janeiro), ao lado dos deputados Hélio Lopes (PL-RJ) e coronel Zucco (Republicanos-RS). Ele conversa com apoiadores sentados em uma mesa.

O ex-presidente afirmou ainda, nesta terça, citando o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, que autorizou a operação contra seu filho, que as investigações sobre uma suposta "Abin paralela" não vão encontrar nada.

"Se a Polícia Federal e se o senhor Alexandre de Moraes quiserem investigar a questão da Abin paralela, é um direito deles. Não é que não vão achar nada, não tem nada", disse.

Carlos foi alvo, nesta segunda, de mandados de busca e apreensão no âmbito da investigação que mira monitoramentos ilegais da Abin durante a gestão Bolsonaro. Nessa ação, a PF mirou pessoas que teriam sido destinatárias das informações produzidas de forma ilegal pela agência de inteligência.

"A minha inteligência particular era as pessoas que eu converso, como estou conversando aqui agora e pego uma coisa importante que eu vou levar para algum lugar. Ou quando eu preciso de alguma coisa de Roraima, do Amazonas, eu ligo para amigos [e digo]: 'Ó, que está acontecendo?'" , afirmou o ex-presidente, fazendo uma referência a falas passadas dele em que disse ter um sistema particular de informação.

Durante o segundo ano de seu mandato, Bolsonaro chegou a dizer em uma reunião ministerial que seu sistema próprio de inteligência funcionava. Na ocasião, afirmou: "O meu particular funciona. Os outros que têm oficialmente desinformam. E voltando ao tema: Prefiro não ter informação do que ser desinformado por sistema de informações que eu tenho".

Bolsonaro continua na casa de Angra, em Mambucaba, que foi alvo de buscas pela PF e na qual ele e os filhos fizeram uma transmissão ao vivo na noite de domingo, véspera da operação.

Ele negou, nesta terça, que tenha fugido da PF ao ter saído para pescar antes da chegada dos agentes à casa de Angra: "Sai às 6h da manhã e fui lá para ilha deserta. Quem conhece, não tem sinal de telefone lá. E a PF chegou aqui às 7h30".

Na segunda, a defesa de Bolsonaro divulgou nota afirmando que a PF agiu com excesso nas buscas realizadas na operação mirando o vereador. Citou ainda que foram apreendidas anotações da live que o ex-presidente havia participado no domingo.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 30/01/2024**

Título: PF intima Augusto Heleno para depor sobre 'Abin paralela'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/30/pf-intima-augusto-heleno-para-depor-sobre-abin-paralela>

O ex-ministro do GSI durante o governo Jair Bolsonaro, general Augusto Heleno, foi intimado pela Polícia Federal para depor na investigação sobre a "Abin paralela" que teria sido montada durante aquela gestão para monitorar desafetos políticos e levantar informações de interesse da família do presidente.

O depoimento está previsto para ocorrer na próxima terça-feira, (6). Durante o governo Bolsonaro a Abin ficava submetida ao GSI, que era comandado por Heleno. Até o momento, porém, seu nome não havia sido mencionado nas decisões do ministro Alexandre de Moraes, do STF, que autorizaram as operações para investigar o esquema de espionagem ilegal e que teria envolvido o diretor da Abin no governo Bolsonaro, Alexandre Ramagem, e o vereador e filho do ex-presidente, Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Ambos foram alvos recentes de mandados de busca e apreensão no âmbito da operação chamada Vigilância Aproximada. Atualmente no cargo de deputado federal, Ramagem teve seus endereços residenciais e seu gabinete revistados pela Polícia Federal na semana passada e, a partir do que foi encontrado nas buscas e com a quebra de sigilo das comunicações do deputado, a PF avançou e realizou na segunda-feira (29), buscas nos endereços de Carlos Bolsonaro no Rio e em Brasília.

A suspeita da PF é de que Carlos Bolsonaro recebia as informações da estrutura que seriam levantadas de forma ilegal pela estrutura paralela de espionagem.

Heleno sempre negou ter conhecimento sobre a existência de uma "Abin paralela" durante o governo Bolsonaro.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 31/01/2024**

Título: Pacheco pede a Moraes informações sobre parlamentares monitorados por 'Abin paralela' no governo Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/31/pacheco-pede-a-moraes-informacoes-sobre-parlamentares-monitorados-por-abin-paralela-no-governo-bolsonaro>

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), enviou na noite desta quarta (31) um pedido oficial dirigido ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes para que sejam liberadas informações sobre indícios de parlamentares que tenham sido monitorados ilegalmente pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão Bolsonaro. O mandatário pede a identificação de deputados e senadores, do procedimento adotado pela célula em questão, bem como dados sobre "a extensão e o conteúdo" de informações relacionadas aos parlamentares envolvidos.

Pacheco argumenta que o objetivo do pedido seria adotar "medidas institucionais pertinentes ao Congresso Nacional". "Os fatos narrados são de extrema gravidade, porque envolvem servidores públicos e a utilização indevida do sistema de inteligência Abin. Tais ações, se confirmadas, constituem uma grave violação dos direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal", afirma o senador.

No documento, o presidente cita artigos que protegem a privacidade, o sigilo das comunicações e os dados pessoais. "Caso comprovado o monitoramento ilegal de deputados federais e senadores da República, as ações constituem também afronta às prerrogativas parlamentares, especialmente quanto à garantia de livre exercício do mandato e do sigilo de suas fontes", emenda. O senador menciona ainda os princípios da publicidade e da transparência, ambos considerados fundamentos da administração pública, e a inviolabilidade do exercício do mandato parlamentar.

A iniciativa de Pacheco é um dos desdobramentos que surgiram a partir da divulgação do escândalo da Abin durante o comando de Alexandre Ramagem (PL-RJ), hoje deputado federal e um dos alvos das diligências da Polícia Federal (PF) no caso nas últimas semanas. Na última semana, o grupo Prerrogativas, que reúne juristas do campo progressista, também oficiou Moraes para pedir a divulgação de nomes atingidos pela célula ilegal da Abin.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 31/01/2024**

Título: EUA retomam sanções contra Venezuela após inelegibilidade de candidata; governo responde

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/85316/eua-retomam-sancoes-contra-venezuela-apos-inelegibilidade-de-candidata-governo-responde>

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou nesta segunda-feira (29/01) a retomada de sanções contra a Venezuela. Segundo comunicado do órgão, a primeira empresa atingida foi a mineradora Minerven. Qualquer companhia dos EUA tem até 13 de fevereiro para encerrar os negócios com a estatal venezuelana.



A medida foi anunciada 3 dias depois de o TSJ (Tribunal Supremo de Justiça) confirmar a inabilitação da opositora María Corina Machado por 15 anos. Com isso, a opositora não poderá concorrer às eleições de 2024.

Durante o final de semana, os Estados Unidos já haviam ameaçado retomar as sanções por conta das decisões da Justiça venezuelana. Em publicação na rede social X, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Matthew Miller, havia dito no sábado (27/01) que o país começou a rever os alívios à Venezuela depois do anúncio do TSJ.

Ainda de acordo com o governo norte-americano, os alívios ao setor de petróleo de gás na Venezuela só serão renovados em abril se o governo venezuelano “cumprir com seus acordos”.

O Ministério das Relações Exteriores publicou uma nota chamando a decisão dos EUA de “tentativa de chantagem e intromissão em questões internas” e que busca impor o “golpismo” na Venezuela.

A vice-presidente, Delcy Rodríguez, afirmou que, se as sanções forem restituídas a partir de 13 de fevereiro, a Venezuela não receberá mais voos de deportação que venham dos EUA.

O alívio às sanções dos EUA sobre os setores de petróleo, gás e ouro foram anunciados por Washington como uma resposta ao acordo de Barbados assinado entre governo e oposição venezuelanos, que definiu o período para a realização das eleições presidenciais venezuelanas e estabelece outras regras sobre o pleito.

Com caráter temporário, as medidas de alívio também envolvem negociações de títulos nacionais no mercado de ações e permissões à companhia aérea estatal venezuelana Conviasa, que foi liberada para voar aos EUA em missões de repatriação de migrantes.

A Casa Branca começou a negociar a queda das sanções com Caracas depois de enfrentar problemas na demanda por combustíveis, mas exigiu um cronograma eleitoral para a derrubada das sanções.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 31/01/2024**

Título: Pacote ultraliberal de Milei derruba previsão de PIB argentino; votação é nesta quarta

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/85315/pacotaco-ultraliberal-de-milei-derruba-previsao-de-pib-argentino-votacao-e-nesta-quarta>

No dia em que o mundo político argentino faz as últimas negociações para a votação do megaprojeto de lei ultraliberal do governo Javier Milei, marcada para começar nesta quarta-feira (31/01) no Congresso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo sua projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) do país em 2024.

Se a previsão anterior era de um crescimento de 2,8%, agora é de queda dos mesmos 2,8%. Essa redução drástica de 5,6 pontos percentuais, anunciada nesta terça por meio do relatório Perspectiva Econômica Global, é resultado das medidas econômicas já impostas pelo governo, por meio do decreto DNU, e também das mudanças que ele pretende



implementar caso conseguir aprovar seu projeto de lei, conhecido como Ônibus, no Congresso.

"A revisão das alterações (para América Latina e Caribe) em 2024 reflete a contração na Argentina no contexto de ajustes significativos para restaurar a estabilidade macroeconômica", indicou o FMI. Por causa da revisão para a Argentina, a previsão de crescimento da América Latina e Caribe também foi revisada para baixo: crescimento de 1,9%, 0,4 ponto percentual abaixo da estimativa de outubro.

A revisão do FMI pode servir de combustível para a oposição, que já anunciou que votará contra o projeto de lei, e para os movimentos sociais, que prometem realizar novas manifestações.

O presidente do bloco União pela Pátria na Câmara dos Deputados, German Martínez, confirmou que sua bancada manifestará "uma expressão de eliminação porque o bloco está confirmado do modelo de país" que o peronismo propôs aos argentinos durante a campanha eleitoral do ano passado, na qual seu candidato Sergio Massa foi derrotado por Javier Milei.

O deputado criticou as publicações feitas pelo presidente Javier Milei em suas redes sociais. "É muito difícil trabalhar politicamente lendo as curtidas e os retuites do presidente. É complicado quando ele fala dos legisladores como subornadores, idiotas úteis e diz que cometem atos de extorsão", afirmou em declarações às rádios locais.

A última manifestação via redes sociais do governo, nesta terça-feira, serviu para desmentir que um ministro do seu gabinete (Guillermo Francos, do Interior) concordasse em repassar parte do imposto País (recolhido sobre compras com cartão de crédito no exterior) aos governos provinciais como parte do acordo para conseguir a aprovação da Lei Ônibus no Congresso.

Depois do desmentido de Milei, o porta-voz presidencial ratificou que a Casa Rosada não vai oferecer a coparticipação do imposto aos governadores e disse que essa proposta nunca foi feita, apesar de políticos que se reuniram com Francos confirmarem que a proposta existia, o que poderia configurar uma tentativa de compra de apoio.

O deputado Rodrigo de Loredó, líder do bloco radical, da chamada oposição 'dialoguista', confirmou que sua bancada proporcionará o quórum para possibilitar o debate da Lei Ônibus e que votem a favor. "Entendemos a responsabilidade da hora e as urgências do país", disse.

O líder da bancada governista A Liberdade Avança, Oscar Zago, garantiu que haveria sessão na Câmara para tratar do projeto de Lei e avisou aos legisladores de outros grupos políticos "que não continuam puxando a corda porque ela pode se cortar".

Os movimentos sociais voltam às ruas esta semana, em protesto contra o governo Milei. A Frente de Luta Piqueteira adiantou que, quando os deputados começarem a deliberar sobre a Lei Ônibus, nesta quarta-feira ou no dia em que isso acontecer, vão marchar até a praça do Congresso, em Buenos Aires, com partidos de esquerda e comissões gremiais. Uma de suas preocupações é o capítulo sobre segurança, porque aumenta as penas habitualmente aplicadas contra manifestantes.

A UTEP (União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular) vai levar petições aos supermercados de todo o país, e em Buenos Aires vai se concentrar em frente ao prédio da Copal, cooperativa que reúne as empresas produtoras de alimentos. A falta de insumos com intenção social vem gerando manifestações contínuas, porque o governo não só não envia alimentos às organizações de bairro como não recebe seus representantes.

"Desde que este governo foi herdeiro, não houve assistência alimentar para os comedores e merendeiros populares. Dezenas de milhares de comedores estão passando por situações de colapso. Vamos pedir doações aos supermercados, diante da recusa do governo em nos dar resposta", explicou Daniel Menéndez , do Somos Bairro em Pé. Ele acrescentou que sua organização solicitou cinco audiências com o presidente Javier Milei e a ministra da Capital Humana, Sandra Pettovello, mas foi ignorada.